

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

O JORNALISMO NA ERA DO TESTEMUNHO

ANA PAULA DE CASTRO MANSUR

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

O JORNALISMO NA ERA DO TESTEMUNHO

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ANA PAULA DE CASTRO MANSUR

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O Jornalismo na Era do Testemunho**, elaborada por Ana Paula de Castro Mansur.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares D'Amaral
Doutor em Letras pela Faculdade de Letras - UFRJ
Departamento de Letras

Profa. Dra. Cristiane Costa
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

MANSUR, Ana Paula de Castro.

O Jornalismo na Era do Testemunho. Rio de Janeiro, 2012.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Agradecimentos

A meus pais, por terem me ensinado o valor insubstituível da formação intelectual e por todo apoio, carinho e compreensão em toda a vida acadêmica e afetiva.

A minhas irmãs, meus dois pilares de sustentação, pela paciência, os conselhos, o interesse e até mesmo as diferenças, fundamentais para o crescimento pessoal e intelectual.

Aos dois avôs e avó que já se foram e a avó que ainda me acompanha, todos referenciais e eternos exemplos de princípios, perseverança e carinho.

Ao namorado, sem cujas palavras de apoio, incentivo e compreensão das ausências, este trabalho jamais teria se concretizado.

Às amigas de escola, tão queridas, pelo incentivo incondicional à vida profissional e pelos inúmeros momentos em suas companhias, que tanto contribuíram para a construção da pessoa que hoje sou.

Aos amigos da ECO, tão diferentes e, ao mesmo tempo, parecidos comigo e entre si, cujas conversas, debates entusiasmados, e filosofias à mesa de bar foram e são tão importantes quanto o aprendizado em sala de aula para o crescimento pessoal e a formação como comunicóloga e jornalista de mente aberta, mas sempre com posicionamento crítico.

Ao orientador Paulo Vaz, cujas diretrizes, opiniões e conversas foram indispensáveis para a concretização deste estudo.

Para vó Tetê, que me introduziu aos
encantos do universo da leitura.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da valorização do testemunho no jornalismo. Busca-se demonstrar que o estabelecimento de um novo paradigma social centrado na sacralização do relato pessoal a partir dos anos 60, em função da realização do julgamento de Adolph Eichmann e do processo de redemocratização da América Latina, resultou em mudanças determinantes na sociedade e vem desvirtuando a imprensa do modelo de imparcialidade estabelecido no século XX. Assim, pretende-se examinar as origens deste processo, determinar seus impactos na mentalidade social para, então, apontar as novas tendências do jornalismo subjetivo, assinalando seus aspectos positivos e alertando quanto a seus possíveis riscos.

Sumário

1. Introdução.....	1
2. O surgimento do jornalismo e suas premissas.....	7
2.1. Breve histórico do surgimento do jornalismo.....	7
2.2. O Jornalismo moderno e suas premissas.....	9
3. A “Era do Testemunho”.....	12
3.1. Análise histórica da nova perspectiva.....	13
3.1.1. As origens da “Era do Testemunho”.....	13
3.1.2. O panorama anterior ao processo Eichmann.....	16
3.1.3. O processo Eichmann.....	18
3.2. Consequências do novo paradigma para a sociedade.....	22
4. A Era do Testemunho nos veículos de comunicação.....	32
4.1. Estudos de Caso.....	33
4.1.1. O caso da Revista “piauí”.....	33
4.1.2. O caso do programa “Profissão Repórter”.....	41
4.2. Os Falsos Testemunhos.....	44
4.2.1. O caso Wilkomirski.....	45
4.2.2. O caso de Tania Head: a falsa sobrevivente do 11/09.....	46
5. Conclusão.....	51
Referências Bibliográficas.....	53

1. Introdução

Desde o princípio do século XX, o modelo americano de prática jornalística ocupa o posto de referência mundial para a profissão. A meta a ser atingida pelos profissionais do meio é aproximar-se o máximo possível da objetividade, da neutralidade. O jornalista deve empenhar-se em construir um texto que revele o maior distanciamento possível dos fatos. Sua função, segundo a lógica vigente, deve ser a de informar, apenas.

Apesar da defesa de tais princípios, ao mesmo tempo, reconhece-se seu caráter utópico. Teóricos e profissionais dos meios de comunicação têm consciência da impossibilidade em atingir plenamente tais objetivos, devido à subjetividade inevitável inserida em qualquer texto por seu autor. As tendências do jornalista podem surgir através das menores sutilezas, como a opção de uma palavra em lugar de outra, o uso de uma imagem sob determinado ângulo que não outro, o privilégio de uma personagem em detrimento de outra. Sutilezas essas que, no entanto, podem contribuir para a formação da mentalidade do leitor, especialmente aquele mais despreparado e, por isso, transformam a neutralidade plena em objetivo inatingível.

O reconhecimento da utopia na imparcialidade total não impede, contudo, sua manutenção como meta para os veículos jornalísticos. Mesmo que seus profissionais jamais consigam atingir este ideal por completo, defendem que devem buscar executá-lo ao limite máximo permitido pela realidade. A prática, no entanto, vem mostrando uma tendência inversa à perseguição destes valores. Em muitos meios de comunicação, tem sido evidente a aparição da subjetividade, da opinião, da emotividade. Essas características são resultado, em grande parte, de uma inclinação em particular, a valorização do testemunho. Em lugar de buscar uma visão fria do acontecimento, o leitor tem apreciado cada vez mais o depoimento, a narração da experiência. É preciso que seja transmitida a noção de que o jornalista vivenciou o fato, relatá-lo apenas não apresenta mais o mesmo apelo e eficácia.

A partir de certo momento na História, o relato pessoal assumiu, portanto, posto central na sociedade, deflagrando um novo paradigma, responsável por profundas consequências em diversos âmbitos da sociedade, inclusive o jornalismo. Será esta,

então, a temática deste estudo, o novo perfil da prática jornalística na época denominada por Anette Wieviorka (2006) como a era do testemunho. Assim, se buscará determinar as novas características do texto, além de explorar suas consequências para leitor e autor a partir da análise de casos. O objetivo não é apenas, no entanto, traçar um panorama das mudanças resultantes deste novo paradigma no jornalismo, mas também, investigar as transformações sociais e históricas que impulsionaram esta nova postura.

A relevância deste estudo se dá, em primeiro lugar, pela importância do conhecimento do processo de construção das notícias a fim de que o consumidor dos veículos de comunicação possa realizar uma leitura crítica das mesmas. Apesar da crescente conscientização do público quanto à impossibilidade de presumir como absoluta verdade qualquer texto jornalístico, na prática a maioria dos leitores e espectadores ainda é pouca crítica quanto às notícias que consome. Os próprios teóricos do meio em suas definições sobre a profissão, ainda deixam escapar uma visão do jornalismo como espelho da realidade, considerando-o a principal forma de acesso ao mundo pelos cidadãos. A apreensão do conteúdo dos jornais como reflexo do real dificulta a formação de mentalidade própria sobre temas de relevância social e abre espaço para a manipulação da opinião pública por parte de veículos com propósitos escusos.

Em segundo lugar, o conhecimento e estudo da era do testemunho alerta para um problema que atinge diretamente as raízes do jornalismo moderno: a busca pela verdade. Como será abordado ao longo desta tese, a excessiva valorização das testemunhas pode desencorajar uma apuração criteriosa dos fatos, dando origem a dois possíveis cenários alarmantes. O primeiro é a apresentação de apenas um aspecto do fato, focado em um único testemunho, em lugar de mostrar todos os lados de uma questão para que o público possa construir sua própria percepção acerca do tema. O segundo, e mais extremo, é a publicação de relatos falsos, que costuma ocorrer quando o testemunho envolve um grande sofrimento, cujo questionamento seria de caráter ofensivo.

No primeiro capítulo, será apresentado um breve histórico do surgimento do jornalismo e as mudanças nas ideologias e práticas que já o definiram ao longo do tempo até que assumisse o modelo atual. Na análise de sua configuração moderna, além

de ressaltar a busca pela imparcialidade, também será abordada a antiga consciência do jornalismo como construção, embora sua aceitação ainda seja, em grande parte, de espelho da realidade. A importância desta análise se dá pelo entendimento do impacto da conjuntura social e histórica na concepção do jornalismo em cada período, como é o caso atual, em que se configura uma forte influência da era do testemunho.

No capítulo 2, se buscará realizar uma análise detalhada do processo que colocou a testemunha como figura central na sociedade. O primeiro passo será apontar as hipóteses sobre os primeiros indícios que propiciaram o estabelecimento da era do testemunho. Para Leonor Arfuch (2002) as evidências iniciais para a apreciação das histórias pessoais se encontrariam ainda na Antiguidade, com a autobiografia de Santo Agostinho, enquanto para Anette Wieviorka (2006) e Beatriz Sarlo (2007), este processo teria início apenas durante a década de 60 com a realização do julgamento de Adolph Eichmann, acusado de ter coordenado o genocídio dos judeus pelos nazistas, e o período pós-ditatorial da América Latina. As duas visões serão tratadas como complementares e não excludentes, porém será dada uma ênfase à teoria de Wieviorka e Sarlo, já que foi no período destacado por estas autoras que se configurou o estabelecimento da valorização do testemunho como paradigma social. Em seguida, será apresentado um panorama histórico do período imediatamente anterior ao processo Eichmann a fim de destacar a desvalorização dos relatos neste momento. Até então, não havia o desejo de ouvir as histórias dos sobreviventes do Holocausto, tal necessidade foi inaugurada a partir do julgamento.

Após a exposição dos seus antecedentes, será enfim analisado o processo Eichmann em si. Serão abordadas as principais estratégias de organização do promotor Gideon Hausner para que as testemunhas se tornassem figura central do julgamento e o porquê desta atitude, assim como suas consequências para o surgimento do novo paradigma social. Com o mesmo intuito, se falará ainda do período posterior ao fim das ditaduras latino-americanas. Este momento da História também contribuiu para a centralização dos relatos na medida em que vítimas dos abusos de poder dos militares e parentes de desaparecidos testemunharam contra os horrores da repressão, assumindo grande respeito e notabilidade por terem sido fundamentais para a redemocratização em seus países.

A associação do processo Eichmann com a redemocratização latino-americana foi, então, o que deu origem ao novo paradigma social centrado no testemunho. Por isso, após analisá-los, ocorrerá a explicitação e discussão das novas características resultantes da sociedade, sendo a mais emblemática e originária das demais, a sacralização do testemunho. A narrativa de sofrimento e a dimensão do risco conferiram ao relato caráter indubitável, postura que gerou fortes impactos na dinâmica social.

Um dos setores mais afetados pelo novo paradigma foi o jornalismo, sendo esta a temática abordada no terceiro e último capítulo. O público passou a sentir a necessidade da noção de experiência do personagem ou do jornalista quanto à notícia. Não basta mais ser informado dos fatos, é preciso apreender também as subjetividades por trás deles, preferencialmente através de uma história pessoal. Esta seção se dividirá em duas partes. À primeira, caberá a análise de dois produtos midiáticos com linhas editoriais marcadas pelas novas tendências inauguradas pela era do testemunho, a revista “piauí” e o programa de televisão “Profissão Repórter”. A opção pela revista se justifica por apresentar matérias majoritariamente com estilo narrativo, por expor casos particulares em lugar de temas gerais, privilegiar o detalhismo, mas, ao mesmo tempo, manter um forte compromisso com a verdade, destacando sua veia jornalística apesar do formato inovador. O estudo desta publicação se realizará a partir de entrevista conferida pelo seu idealizador, o documentarista João Moreira Salles, ao programa “Sempre um papo” e através da análise de reportagens de diferentes edições, em especial o perfil sobre o político Marcelo Freixo. Já o estudo do “Profissão Repórter” é válido por ser um produto com grande ênfase às especificidades do jornalismo tradicional, mas com um elemento de divergência crucial: ser essencialmente constituído pela exposição de testemunhos. A análise do programa se dará pela observação de suas edições com traços mais evidentes quanto à centralização dos relatos.

A segunda parte deste capítulo final será dedicada à consequência mais extrema e prejudicial da valorização do testemunho e da subjetividade no jornalismo: a validação de relatos falsos. A sacralidade adquirida pelas experiências de sofrimento pode impedir que jornalistas realizem uma apuração dos fatos adequada, já que questionar as vítimas seria uma forma de ofensa. Em determinados casos, tal postura permitiu que mentiras fossem divulgadas pela imprensa, em oposição à sua principal meta: a busca pela verdade. Para esta análise serão expostos dois casos escolhidos por terem ocorrido após

eventos emblemáticos que se tornaram o paradigma do mal. O primeiro é o de Benjamin Wilkomirski - cujo nome verdadeiro é Bruno Dössekker – que se tornou famoso após escrever uma biografia relatando ter sido afastado da família ainda criança durante o Holocausto. Sua história foi validada por historiadores, instituições de sobreviventes e pela imprensa por três anos até que a verdade fosse revelada. O segundo caso é o de Tania Head – cuja identidade verdadeira é Alicia Esteve Head – que inventou uma história comovente sobre como teria sobrevivido aos ataques terroristas às Torres Gêmeas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Ela tornou-se a líder de um grupo de sobreviventes e seu relato também foi validado por diferentes instâncias da sociedade, inclusive a imprensa, até que fosse desmascarada cinco anos mais tarde.

A consciência sobre estes testemunhos falsos através do livro de Frida Bertolini, “Contrabbandieri di Verità”, foi a primeira inspiração para a realização deste estudo. Na obra, a autora, que é uma historiadora, não apenas expõe os casos como analisa os motivos, dentro da História, para que tais discursos tenham sido validados pela sociedade. A motivação para esta monografia veio, então, do desejo de transpor esta análise da História para o jornalismo, buscando o impacto das mudanças sociais decorrentes da centralização do testemunho na ideologia da imprensa.

A principal justificativa atribuída por Bertolini para o estabelecimento deste panorama é a vigência da era do testemunho após a realização do processo Eichmann. Para melhor conhecimento deste novo paradigma social, uma das principais fontes para esta tese será o livro “The Era of Witness”, de Anette Wieviorka. A autora realiza profunda análise do contexto histórico e dos termos que envolveram o julgamento de Adolph Eichmann, sendo fundamental para a compreensão do papel central do processo na guinada subjetiva que se estabeleceu na sociedade. Com o mesmo intuito de buscar as origens para a valorização dos relatos pessoais, assim como as características desta postura, também serão importantes a consulta dos livros “Tempo Passado”, de Beatriz Sarlo e “O Espaço Biográfico”, de Leonor Arfuch. Do ponto de vista do jornalismo, para o conhecimento de sua história e posicionamento ideológico, as principais referências serão “Teorias do Jornalismo”, de Nelson Traquina e “A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística”, de Nilson Lage.

De forma geral, espera-se então, com este estudo, delinear as novas características do jornalismo diante do novo paradigma social que centralizou o testemunho. Pretende-se ainda apresentar quais as possíveis consequências do novo posicionamento tanto para os profissionais da imprensa, como para a sociedade, consumidora e fortemente influenciada pelos meios de comunicação. Como bem lembrou Nelson Traquina (2005), o jornalismo é um Quarto Poder, mas um poder determinado pelas perspectivas dos jornalistas, inevitavelmente inseridas em seus textos, por isso o conhecimento de sua estrutura é fundamental para uma leitura crítica e responsável:

Os saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração são elementos constitutivos de toda uma cultura profissional que os membros deste grupo desenvolveram num processo histórico e contínuo de profissionalização. [...] não é possível compreender as notícias sem uma prévia compreensão da cultura dos profissionais do campo jornalístico. (TRAQUINA, 2005, p.206)

2. O surgimento do jornalismo e suas premissas

Não são novidades as premissas que regem o jornalismo atual. Em suas campanhas publicitárias, manuais de redação e nas técnicas formais empregadas pelos principais veículos de comunicação no Brasil e no mundo destacam-se os valores da imparcialidade e objetividade:

O tom dos textos noticiosos deve ser sóbrio e descritivo. Mesmo em situações dramáticas ou cômicas, é essa a melhor maneira de transmitir o fato da emoção. Deve evitar fórmulas desgastadas pelo uso e cultivar a riqueza dos vocábulos acessíveis à média dos leitores. O autor pode e deve interpretar os fatos, estabelecer analogias e apontar contradições, desde que sustente sua interpretação no próprio texto. Deve abster-se de opinar, exceto em artigo ou crítica. (MANUAL DE REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO, 1996)¹

A prática, no entanto, vem mostrando uma plasmação destes princípios nos meios de comunicação, em especial nos de lançamento mais recente. Essa mudança decorre de um processo de alteração do paradigma social em relação à credibilidade conferida aos testemunhos e de uma nova visão sobre os critérios de verdade. As consequências têm aspectos positivos, mas também se mostram problemáticas por uma variedade de motivos que serão abordados mais adiante. Antes de analisar as atuais premissas do jornalismo e suas alterações, contudo, é válida uma breve análise dos diferentes valores que já permearam a prática até que assumisse seu formato atual.

2.1 – Breve histórico do surgimento do jornalismo

O surgimento do jornalismo data do início do século XVII e seu objetivo, inicialmente, era o de difundir os ideais burgueses. Em oposição ao que ocorre hoje, o jornalista era responsável por dar sua opinião e interpretação política, era, essencialmente, um publicista. Também eram publicados fatos, mas o que realmente interessava aos leitores era o editorial, conhecido como artigo de fundo. Sobre o estilo adotado, “a narrativa surgia às vezes [...], mas a linguagem dominante ficava entre a fala parlamentar, a análise erudita e o sermão religioso”. (LAGE, 2011, p.11)

No século XIX, a nova configuração política, econômica e social impactou profundamente o âmbito do jornalismo. Em função da Revolução Industrial, a população urbana cresceu exponencialmente, aumentando também o público leitor. As

¹ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm. Acesso em: 5 de abril de 2012.

inovações tecnológicas do período permitiram a modernização das máquinas de impressão, proporcionando um grande crescimento da tiragem das publicações. Neste contexto, o conteúdo publicado também teve que se alterar. Os novos leitores, compostos por ex-ruralistas e operários, eram de cultura muito mais popular que os membros da burguesia e aristocracia. Por isso, a prolixidade do gênero publicista não lhes era atraente. Foi preciso tornar os textos mais objetivos. Ao público operário não interessavam as disputas ideológicas entre aristocratas e burgueses. As ideias difundidas pelos jornais precisavam sair do âmbito ideal e assumir um caráter exequível.

A mecanização do processo de produção dos jornais trouxe ainda mais uma importante mudança, que perdura até os dias atuais, a participação do mercado publicitário. A utilização das máquinas modernas para o crescimento da tiragem elevou o custo de produção dos jornais. Dessa forma, não era mais possível sua manutenção apenas pela renda obtida com a venda de exemplares, por isso os anúncios publicitários tornaram-se importantes financiadores do jornalismo. Esta associação entre imprensa e publicidade representa a inserção completa do mercado jornalístico na lógica da economia e seus interesses.

Além do início de uma tendência mais objetiva, surgiram novos gêneros textuais nos jornais, que configuraram duas novas orientações para as publicações: a educacional e a sensacionalista. A primeira deriva da necessidade de ensinar à população os novos hábitos da sociedade que se formava. O acelerado desenvolvimento tecnológico provocava rápidas mudanças e era preciso ensinar como se portar, se vestir, etc. A esse propósito, exibiam as atitudes exemplares dos poderosos e, ao mesmo tempo, seus deslizes.

Segundo Lage, a vertente sensacionalista surge como complementar à educacional, já que as lições de moral precisavam ser atraentes, envolver o público. Por isso, proliferaram as novelas e os folhetins neste período. “A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser.” (LAGE, 2011, p.15) Como será analisado nos próximos capítulos, essa tendência de romantização da realidade voltou a permear as publicações atuais, embora de forma não declarada.

Neste período começaram, então, a se delinear as bases para a noção de imparcialidade pregada pelos jornais nos dias de hoje. Tal fato se deveu, em grande

parte, ao nascimento da reportagem e, conseqüentemente, do repórter. Muitos dos princípios básicos do jornalismo atual apareceram nesta época: a aproximação da linguagem oral – ainda que mantendo o respeito às normas gramaticais -, a necessidade de títulos atraentes e a importância dos furos, isto é, noticiar algo antes dos jornais concorrentes.

A figura do repórter, que atua de certa forma como investigador, ainda teve um importante papel, o de começar a minimizar a prevalência dos ideais das classes de maior poder econômico. “Já não se podia, como antes, tratar os protestos populares como casos de polícia, desviar fundos públicos ou massacrar povos coloniais, mantendo tudo em segredo. A história oficial era desmentida antes mesmo de ser escrita.” (LAGE, 2011, p.16) Foi um período em que os verdadeiros impulsos dos governantes e poderosos começaram a ser revelados para o público em geral. Começaram a surgir, então, **os fatos reais** – reais dentro do limite imposto pela prática de construção de qualquer texto.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o sensacionalismo atingiu seu ápice nos Estados Unidos. As tendências que começaram a se delinear na Europa se intensificaram a ponto de quase inexistirem princípios éticos no jornalismo. Não se mediam esforços e ignoravam-se escrúpulos para conseguir o furo e conquistar o público leitor. Esta prática ficou conhecida como jornalismo amarelo e começou a incomodar os próprios jornalistas, que decidiram mudar os rumos da profissão.

2.2 – O Jornalismo moderno e suas premissas

Os conflitos éticos decorrentes do sensacionalismo já não satisfaziam os anseios dos meios de comunicação. Para solucionar a questão, os profissionais foram ao outro extremo da prática sensacionalista: o cientificismo. Assim, foram criadas as faculdades de jornalismo e procurou-se instituir padrões rígidos para o processo de apuração e a redação das matérias.

Alguns dos princípios estabelecidos no período foram: a necessidade de confrontar testemunhos de diferentes perspectivas, não assumir como verdade aquilo relatado por apenas uma pessoa (usar a lei das três fontes: se três indivíduos que não se conhecem e não tiveram contato apresentarem a mesma versão para uma história, é seguro referendar a veracidade desta história), não envolver-se afetivamente com as

fontes, entre outros. Quanto ao aspecto técnico, desenvolveu-se a noção do lide, ou seja, substituir o relato cronológico e narrativo por uma estrutura textual que privilegie os principais aspectos do evento noticiado. De forma geral, “deflagrou-se uma campanha permanente contra a linguagem a retórica e destacou-se a importância da ética como fator de regulação da linguagem jornalística.” (LAGE, 2011, p.19)

Os novos valores associados ao jornalismo lhe conferiram a imagem que perdura até hoje de reflexo da realidade. Esta visão recebeu o nome de teoria do espelho. O aspecto central desta teoria é que o jornalista não possui interesses específicos a defender, sua função é a de apenas transmitir a informação, é um “comunicador desinteressado”. A partir do século XX, então, os jornais deixam de ser um lugar para emitir opiniões políticas e tornam-se o âmbito da informação. “O papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais.” (TRAQUINA, 2005, p.147)

Apesar da postura da aplicação de um jornalismo objetivo e imparcial, há muito já se reconhece a impossibilidade de uma neutralidade plena. Entre os teóricos é de comum acordo que, como qualquer outra atividade de composição textual, também a matéria jornalística será uma construção. Tal concepção se deve, em primeiro lugar, ao caráter humano do repórter. Ao exercer sua função de traduzir para o público aquilo que observa, inevitavelmente ele é afetado pelo ambiente que o circunda e por seu conhecimento de mundo, que porta possíveis preconceitos ou condescendências. Ao confrontar fontes e fatos e utilizar a estrutura clássica do jornalismo, tentar-se-á atenuar tal influência, porém extingui-la por completo é tarefa utópica.

Em segundo lugar, o próprio processo de seleção das matérias constitui-se em construção. Ainda que a Internet tenha ampliado enormemente o espaço dos jornais, a capacidade dos leitores de absorção de informações é limitada. Por isso, será sempre necessária uma seleção do que será noticiado. Essa escolha é realizada através dos chamados “valores-notícia”, que determinam o que é mais relevante ao interesse público e, portanto, merece um lugar de destaque na publicação. Nelson Traquina em sua obra “Teorias do Jornalismo” descreve a primeira enumeração destes critérios, realizada por Galtung e Ruge:

Em resposta à pergunta “como é que os acontecimentos se tornam notícia”, Galtung e Ruge enumeram doze valores – notícia: 1) a frequência, ou seja, a duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambiguidade; 4) a significância; 5) a consonância [...]; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; 8) a composição, isto é, a necessidade de manter um equilíbrio nas notícias com uma diversidade de assuntos abordados; 9) a referência a nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite, isto é, o valor-notícia da proeminência do ator do acontecimento; 11) a personalização, isto é, referência às pessoas envolvidas e 12) a negatividade. (TRAQUINA, 2005, p.69)

O problema aqui são as influências políticas e econômicas que podem minar este processo. Neste caso, a escolha das notícias visa a formação de uma mentalidade do público em lugar de privilegiar o que é de maior interesse à população. Esta tendência se deflagra principalmente nos veículos de maior circulação, o que se torna ainda mais grave devido a sua maior influência sobre os leitores ou espectadores.

Embora os profissionais do meio jornalístico e uma parcela significativa do público tenha consciência do caráter inerente de construção do jornalismo, a busca pela aproximação máxima da neutralidade permitida pela prática ainda é o princípio base que rege a profissão. É por meio da defesa deste valor que os meios de comunicação constroem sua credibilidade e conquistam o respeito e a aceitação do público.

[...] dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que reproduzem o “acontecimento” da notícia. (TRAQUINA, 2005, p.149)

3. A “Era do Testemunho”

O jornalismo a partir do final do século XIX e, especialmente, do século XX em diante, então, mantém como premissa fundamental a objetividade. O jornalista seria aquele que porta a sociedade ao conhecimento do mundo, atuando como um observador neutro e distante, cuja responsabilidade é apenas a de relatar, deixando a cargo do público a função de emitir julgamentos e opiniões.

É através desta postura de defesa da neutralidade que os meios de comunicação buscam afirmar sua credibilidade e atrair o público. A imparcialidade absoluta, no entanto, há muito é alvo de questionamento de teóricos e profissionais do meio, como explicitado no capítulo anterior. A grande maioria já concorda sobre a impossibilidade de produzir um texto ou reportagem televisiva isento de qualquer traço da subjetividade do jornalista.

Apesar da consciência do caráter utópico da neutralidade total, os meios de comunicação mantém a imparcialidade como objetivo fim, afirmando buscarem ao máximo atingi-la, dentro dos limites impostos pela realidade. A prática, contudo, vem mostrando um desvio deste jornalismo clássico. É crescente o número de reportagens que privilegiam a subjetividade do personagem, valorizam pequenos detalhes antes irrelevantes para uma matéria “fria” e imparcial, e que evidenciam, de forma explícita ou não, até mesmo a opinião do repórter.

É possível argumentar que o texto jornalístico sempre foi concebido preocupando-se com o efeito da notícia sobre o leitor, em especial nos veículos de maior circulação, em que os interesses políticos e econômicos exercem influência significativa sobre as matérias publicadas. Desta forma, poder-se-ia considerar ingenuidade crer que tal postura seria fato recente. Todavia, antes tais tentativas de influenciar o público eram disfarçadas no texto. A explicitação da opinião do jornalista em uma matéria causaria não apenas estranheza no leitor, como poderia prejudicar a imagem do veículo, cuja credibilidade seria questionada. Atualmente, ao contrário, o espectador ou leitor não apenas aceita uma linguagem subjetiva, como tende a preferi-la em relação a um relato jornalístico livre de qualquer elemento de caráter pessoal, seja do personagem ou do jornalista.

Essa nova postura do público e do jornalismo é resultado de uma mudança no paradigma social e cultural. O início desta nova fase é marcado pelo processo Eichmann em conjunto com a proliferação de testemunhos posterior ao fim dos regimes totalitários na América Latina. Este novo período foi, então, denominado, por Anette Wiewiorka (2006), como a **era do testemunho**.

3.1 – Análise histórica da nova perspectiva

3.1.1 - As origens da “Era do Testemunho”

Antes de explorar as transformações decorrentes do processo Eichmann e da democratização após as ditaduras latino-americanas, é preciso abrir um parêntesis para analisar os primórdios das origens do processo de reconhecimento do outro e do surgimento da necessidade de relatar a própria vida. Isso porque, embora o julgamento seja a expressão da conjuntura final que colocou o testemunho como figura central na sociedade, a prática em si do testemunho é resultado de uma evolução lenta e gradual cujas raízes encontram-se ainda na Antiguidade.

Segundo Arfuch (2002), uma das primeiras formas de relato da própria vida estaria na obra “Confissões de Santo Agostinho”. Através da explicitação do seu processo de conversão, ele teria materializado tal processo: “contar a história de uma vida é dar vida a essa história” (ARFUCH, 2002, p.42). A grande importância desta obra, que pode ser considerada talvez como a primeira forma de autobiografia, seria o lugar outorgado ao outro, já que, de acordo com Lejeune (apud ARFUCH, 2002), toda autobiografia envolve o estabelecimento de um pacto autobiográfico. Segundo tal pacto, o leitor compromete-se a crer no que é relatado pelo autor, isto é, o leitor torna-se responsável por determinar a veracidade dos fatos.

Após este momento, proliferou-se a escritura de cartas e diários, expandindo a prática da exposição da vida ao outro. No entanto, tal exposição ainda habitava universo restrito, já que, em geral, destinava-se a uma única pessoa. Para que houvesse a expansão da exibição pública da vida, era preciso que primeiro se delineassem de forma mais precisa as noções de público e privado, o que ocorreu a partir dos séculos XVII e XVIII com a ascensão do Estado absolutista, do capitalismo e a sociedade burguesa.

O Estado autoritário que dominava neste período foi o responsável por estabelecer condutas rígidas de comportamento que restringiram significativamente o que poderia ou não ser relatado ou mostrado, estabelecendo, então, a esfera do privado. Tudo o que estivesse fora dela pertenceria, por consequência lógica, à esfera pública. Paralelamente, a emergência de romances com personagens não mais míticos ou fantásticos, e sim próximos ao cidadão comum, aumentou o interesse da população pelo realismo em substituição ao universo imaginário. As pessoas passaram a se interessar pela representação delas próprias na literatura, seguindo hábitos mais determinados pela sociedade do que pela igreja. Começaram a mudar, então, as relações entre autor, obra e leitor, já que este último passa a buscar agora o conhecimento do outro, assim como o dele próprio naquilo que lê. Esse interesse na vida do outro, nas intimidades e subjetividades alheias demonstra o grande paradoxo da existência de um rígido ambiente privado: sua concepção apenas ganha sentido a partir de sua exposição, em algum grau, ao menos. “A literatura se apresentava, assim, como uma violação do privado, e o privado servia de garantia precisamente porque se tornava público.” (ARFUCH, 2002, p. 47)

Além da influência do Estado absolutista capitalista burguês, para Arfuch (2002) um aspecto psicológico, inerente ao espírito humano, seria responsável por tamanho interesse pelo outro. Os indivíduos teriam a necessidade de estabelecer diversas identificações para construir a própria identidade, isto é, o “eu” não seria um ponto de partida, mas um resultado. Dessa forma, todos seriam seres eternamente incompletos que buscariam uns nos outros o material para preencher seus vazios inerentes. Por isso, a literatura, televisão e cinema insistiriam consecutivamente na retratação de histórias de vida reais.

Se a procura por uma identificação é sempre uma constante, deveriam existir certos modelos que se tende a seguir. As imagens mais óbvias que brotariam à mente seriam as figuras clássicas a que, em tese, os indivíduos tentariam se igualar: rico, famoso, jovem, feliz, brilhante, etc. Todavia, não necessariamente busca-se a identificação em imagens perfeitas, as falhas são atraentes, por isso tantos programas buscam também a retratação da “vida comum”. Assim, ambos os modelos, o da vida comum e do personagem que se destaca se fundem no imaginário social. A cadeia de constantes identificações precisa manter-se ao longo da vida, já que apenas através da

junção de diversas identificações se é possível produzir o efeito da completude, dado que não seria possível ser exatamente tudo que uma pessoa é, mas poder-se-ia ser partes do que várias pessoas são. Formar-se-ia, assim, um elo infinito de identificações. Sobre este “vazio constitutivo” é que se estabeleceria o espaço biográfico, em outras palavras, o interesse pelas experiências alheias.

Anette Wieviorka (2006) e Beatriz Sarlo (2007) apresentam uma visão diferenciada quanto às origens da era do testemunho, posicionando seu surgimento em período muito posterior na História. Além disso, consideram o novo paradigma apenas um resultado de mudanças no panorama histórico-social, diferentemente de Arfuch que, além de mudanças na sociedade também atribui a valorização do testemunho a uma necessidade pelo biográfico, que seria inerente ao indivíduo sempre em busca de identificações para a construção do próprio “eu”.

Para Wieviorka (2006) e Sarlo (2007), o momento que marcou o início da era do testemunho e, mais do que isso, moldou suas premissas foi o processo Eichmann, ocorrido em 1961. À primeira vista, seu objetivo era o de julgar Adolph Eichmann por seus crimes contra a humanidade, já que foi apontado como o grande idealizador do genocídio resultante da política nazista, que ficou conhecido como “solução final”. Contudo, como o próprio promotor e principal organizador do processo, Gideon Hausner, viria admitir mais tarde, a intenção do processo Eichmann estendia-se muito além de simplesmente punir. O que se buscou – e se atingiu – foi dar uma verdadeira lição na História.

Neste estudo se privilegiará a análise da influência do julgamento de Eichmann sobre a formação da era do testemunho em função de seu caráter determinante neste processo. No entanto, é importante ressaltar que a configuração da estratégia do processo e suas consequências – que serão analisadas a seguir – provavelmente não teriam acontecido sem as tendências apontadas por Arfuch. Dessa forma, as duas correntes de pensamento podem ser consideradas como complementares e não contraditórias. Antes de analisar os pormenores do julgamento e, principalmente, seus impactos é preciso, contudo, conhecer o contexto que o antecedeu.

3.1.2 - O panorama anterior ao processo Eichmann

Ainda durante a guerra, até aproximadamente 1942, havia uma forte crença entre os judeus de que em algum período próximo os nazistas seriam derrotados. Todavia, após o início das deportações massivas para os campos de concentração e os extermínios em larga escala, a esperança de uma salvação começou a se esvaír. A partir deste momento, a comunidade judaica percebeu que registrar em diários seu sofrimento seria a única forma de garantir que os atos bárbaros cometidos contra o povo hebreu ficassem registrados e não fossem esquecidos. A certeza da morte era um dos maiores estímulos para o relato. A prova disso é que aqueles que compactuaram com o regime e, portanto, tinham esperanças de sobrevivência, quase não produziram testemunhos.

Um dos precursores desta iniciativa de criar um arquivo recolhendo testemunhos, segundo Wieviorka (2006), foi o historiador Emmanuel Ringelblum, que coletou depoimentos de judeus no gueto de Varsóvia. Sua ideia ganhou o apoio de jornalistas e escritores e, juntos, criaram um movimento de resistência através do registro. Além dos relatos, também recolheram elementos da vida cotidiana local, como cartazes, decretos dos nazistas, jornais clandestinos, entre outros, e enterraram o material antes que o gueto fosse exterminado. Caso esta e outras iniciativas de arquivo não tivessem ocorrido, seria de fato difícil reconstruir historicamente a vida da comunidade judaica no período, dado que os nazistas pretendiam mais do que assassinar os judeus, estavam decididos a exterminar todo o ambiente habitado por eles. Além dos registros organizados por este e outros guetos, também foram produzidos diários, crônicas e contos para serem publicados como livros.

Após a liberação do continente europeu do nazismo, os relatos continuaram a ser produzidos em diferentes formatos, inclusive poesia. Esta produção assumiu uma particularidade: não mais apenas os “cronistas profissionais” (o rabino, o historiador) escreviam os textos, membros de diversas classes e de diferentes funções começaram também a escrever.

Com o fim da guerra, tais registros e documentos começaram a ser resgatados e iniciou-se a produção de uma literatura biográfica e histórica sobre o período. A compilação destes livros de memória é oriunda do desejo de reconstruir um mundo aniquilado pelos nazistas. Como já observado, o Holocausto não resultou apenas no

extermínio das pessoas, mas também na destruição de todas as referências que constituem uma comunidade, uma cultura. Transformar o testemunho em literatura era a forma de efetuar o resgate destes referenciais aniquilados. A destruição gerou um abismo entre as gerações passadas, as do presente e as que estavam por vir. Os sobreviventes, então, se empenharam em restituir esta memória para que os mortos não fossem esquecidos e para que seus descendentes soubessem suas identidades e pelo que haviam passado.

Os primeiros títulos publicados que abordavam o tema, contudo, não obtiveram grande sucesso de público. A grande maioria das pessoas não tinha o desejo de informar-se sobre os horrores e atrocidades efetuados durante o conflito. A guerra havia acabado e, para a maior parte da sociedade, o pensamento que predominava era a vontade de esquecer, fingir que nada havia acontecido. E tal raciocínio não aparecia apenas entre não judeus, mas também em judeus sobreviventes, que não desejavam falar sobre o que lhes tinha acontecido ou a seus ancestrais. Os livros de memória buscaram, assim, conectar as gerações, mas não conseguiram cumprir seu objetivo. “Os livros de memória eram cemitérios que ninguém visitava”. (WIEVIORKA, 2006, p.28)²

Uma das primeiras iniciativas para reduzir a distância entre o público e o testemunho veio de Elie Wiesel, um sobrevivente do campo de Buchenwald. Primeiramente, escreveu suas memórias na sua língua pátria, ídiche. Ao passar a obra para o francês, o autor não apenas a traduziu, mas escreveu uma nova versão de sua história para a nova língua. Os fatos narrados permaneceram os mesmos, no entanto a explicação e a sequência narrativa mudaram. Wiesel buscou, assim, adaptar-se aos diferentes públicos: judeus e não judeus. Dessa forma, sua publicação foi mais bem-sucedida que suas antecessoras e se tornou o pilar da memória.

Além das publicações, também ocorreram movimentos para que memoriais fossem construídos para lembrar o genocídio. Em Nova York, a iniciativa falhou, pois a comunidade israelita tinha outras prioridades financeiras e havia o medo de que o movimento antinazista pudesse ser visto como comunista, o que seria um grande problema em tempos de guerra fria. Já em Paris, Isaac Schneersohn, presidente de uma entidade judaica, conseguiu que, em 1956, o primeiro memorial público sobre o

² The memorial books were thus cemeteries that no one ever visited.

Holocausto fosse inaugurado. Ele foi o primeiro a perceber que a palavra escrita não seria suficiente para garantir a continuidade da memória, que era preciso algo mais concreto.

Apesar desses esforços, e de sucessos isolados como o livro “O Diário de Anne Frank”, na década de 50 o interesse pelo Holocausto ainda era limitado. Não havia uma demanda da sociedade por essa memória. Além disso, para os próprios historiadores havia uma grande dificuldade em relatar este período, por dois motivos. Primeiro pela dificuldade em escrever sobre uma comunidade aniquilada, tanto em seu ambiente físico como cultural e, em segundo lugar, pela impossibilidade de estabelecer um elo entre este momento da História e a realidade da sociedade na época. A História interroga o passado do ponto de vista do presente e, por isso, precisa conceber uma ligação entre os dois períodos para exercer sua função.

Para que a memória do Holocausto entrasse na esfera pública, o contexto político precisava mudar. A importância do testemunho precisava ser reconhecida pela sociedade. Para Wieviorka (2006), esse papel caberá ao processo Eichmann, que, em contrapartida, provocará mudanças no conteúdo e no significado dessa História.

3.1.3 - O processo Eichmann

O processo Eichmann não foi um julgamento comum. Como já dito anteriormente, seu principal objetivo não era punir o réu em questão, Adolph Eichmann, sua meta consistia em dar uma lição da História. A empreitada foi tão bem-sucedida que o resultado foi além e o julgamento assumiu o posto dos estudiosos e escreveu a História. O responsável pela ideologia do processo, assim como sua articulação que permitiu o cumprimento do audacioso objetivo, foi o promotor Gideon Hausner.

A principal estratégia utilizada por Hausner e o motor de uma profunda transformação no paradigma social foi o posicionamento dos testemunhos como figura central no julgamento. O promotor já conhecia e reconhecia a eficiência de provas documentais, que haviam sido suficientes para condenar os acusados no Tribunal de Nuremberg – que também julgou nazistas por seus crimes contra a humanidade - entre os anos de 1945 e 1946. Tinha consciência também das vantagens das evidências físicas em relação às testemunhas oculares. A prova escrita não depende da exatidão da memória de uma pessoa nem pode ser questionada durante interrogatório pela oposição.

Todavia, dados, documentos, a palavra escrita não despertam a compaixão, a empatia das pessoas. Hausner queria fazer um registro ao vivo da História, mas não apenas relatando o que aconteceu, queria fazê-lo de forma a emocionar os espectadores. Através dos testemunhos, Hausner pretendia - e conseguiu - reconstituir os eventos de forma que deixassem de ser a realidade intangível e longínqua que antes representavam no imaginário social. Nas palavras dele: “eu esperava dar uma dimensão de realidade a um fantasma” (HAUSNER apud WIEVIORKA, 2006, p.70)³. Pela primeira vez, a pedagogia e as técnicas de transmissão tornam-se alvo de preocupação e atenção em um tribunal.

Para retratar uma História acessível ao público e de caráter contundente, já que todo o julgamento foi televisionado, Hausner precisava criar uma narrativa com encadeamento lógico que transmitisse os valores pretendidos. “Como Hannah Arendt afirmou, o processo Eichmann foi um julgamento show, em que tudo foi planejado.” (WIEVIORKA, 2006, p.66)⁴. Dessa forma, o promotor escolheu as testemunhas usando critérios históricos e sociológicos. Ele usou pessoas oriundas de diferentes contextos e nacionalidades para mostrar a extensão do impacto do Holocausto ao redor do mundo. Além disso, para evitar esquecimentos ou lacunas nos relatos, escolheu indivíduos que já tivessem testemunhado em outras ocasiões ou já houvessem escrito suas memórias, podendo usar suas anotações para reavivar a memória, caso necessário.

Alguns testemunhos se destacaram durante o processo. Um deles foi o de Ada Lichtmann⁵, cujo relato promoveu uma ruptura na estrutura do julgamento porque não forneceu nenhuma prova sobre a culpabilidade dos acusados. Ela estava ali para lembrar os mortos e como eles morreram. Outra testemunha marcante foi Yehiel De-Nur⁶, que desmaiou enquanto testemunhava. Até hoje, a cena de seu desmaio é o trecho

³ In this way, I hope to superimpose on a phantom a dimension of reality.

⁴ As Hannah Arendt has shown, the Eichmann trial was certainly a show trial in which everything was planned.

⁵ Ada Litchmann foi uma das sobreviventes do gueto de Cracóvia, na Polônia, região tomada por nazistas ainda no começo da guerra, em 1939. Seu testemunho é pouco lembrado dentre os inúmeros efetuados durante o processo Eichmann, mas seu relato em homenagem aos mortos possui grande importância na estrutura do julgamento, segundo Wieviorka.

⁶ Yehiel De-Nur foi um dos sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz. Tornou-se famoso por escrever vários livros baseados em sua experiência durante o Holocausto. É também conhecido por

do julgamento mais reproduzido na televisão. Adolph Eichmann, que deveria ter ocupado o posto de figura central no tribunal por ser o réu, foi rapidamente subjugado em favor da exposição das vítimas.

A natureza do testemunho se dá pela forma como a entrevista é conduzida e como o entrevistado entende a pergunta. A testemunha porta uma experiência que apenas assume sentido no contexto do testemunho em que acontece e, por isso, precisa ser legitimada. Os testemunhos das vítimas assumiram uma importância social tão grande porque foram explicitados perante a mídia mundial e perante juízes cuja responsabilidade era reconhecer a veracidade do que foi relatado. O tribunal tornou-se um verdadeiro cenário para encenar o efeito que Hausner pretendia.

A estratégia de Hausner durante o julgamento foi, então, o estopim para o surgimento de um novo paradigma sociocultural. Os testemunhos foram transportados a um lugar central na sociedade, conferindo ao sobrevivente uma importante função social e transformando o Holocausto no paradigma do mal. O processo Eichmann criou uma demanda social por testemunhos, estimulou as vítimas a falarem. A partir deste momento, as testemunhas se tornaram as portadoras da História, a materialização da memória. “O genocídio se tornou uma sucessão de experiências individuais com as quais o público deveria se identificar.” (WIEVIORKA, 2006, p.88) ⁷. Não houve, no entanto uma preocupação com os efeitos da nova postura da sociedade perante a vítima:

As funções designadas ao testemunho no processo Eichmann, claramente articuladas pelo promotor israelense, permanecem até hoje, apesar de que na época do julgamento nada ter sido dito sobre o que poderia significar se identificar com experiências pessoais, ou que efeitos essa identificação poderia ter no comportamento e no pensamento das gerações futuras. (WIEVIORKA, 2006, p.89) ⁸

seu pseudônimo Ka-Tezetnik 135633, que refere-se ao número de identificação tatuado em seu braço pelo nazistas.

⁷ Concurrently, the genocide came to be defined as a succession of individual experiences with which the public was supposed to identify.

⁸ The functions assigned to testimony and the Eichmann trial, clearly articulated by the Israeli prosecutor, persist to this day, although at the time of the trial nothing was said about what it might mean to identify with individual experiences, or about what effects this identification might have on the behavior and thoughts of later generations.

Além do processo Eichmann, no mesmo período histórico – entre as décadas de 60 e 70 – outro importante evento exerceu grande influência para a guinada subjetiva que viria a se estabelecer na sociedade e no jornalismo: os regimes totalitários na América Latina. Sarlo descreve o processo de mudança ocorrido no panorama social no período: “Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado. Tomaram a palavra as vítimas e seus representantes.” (SARLO, 2007, p.45)

A exposição dos crimes cometidos durante as ditaduras latino-americanas foi feita em meio a uma grande disseminação de testemunhos, já que em muitos casos esses foram usados em julgamentos. Porém, tais discursos não foram submetidos a nenhum questionamento, exceto por parte dos réus dos processos e seus advogados. Questionar sofrimentos tão profundos quanto os que foram relatados neste momento passou a ser considerado como atitude de caráter extremamente ofensivo.

Outro fator, além do caráter de sofrimento incomensurável, contribuiu para a supervalorização destes relatos, a dimensão do risco. Ao denunciarem os crimes cometidos pelos militares, as testemunhas estavam se expondo, arriscando sofrerem retaliações de oficiais. A atitude corajosa serviu, então, como mais um estímulo à sensibilização dos ouvintes e dissipou a possibilidade de dúvidas.

Além de aturem como provas durante os julgamentos dos crimes cometidos pelas ditaduras, estes testemunhos despertaram a indignação da população e de órgãos nacionais e internacionais e foram fundamentais para o reestabelecimento de um Estado democrático. Tamanha importância conferida a tais relatos na América Latina foi contemporânea à valorização testemunhal europeia introduzida pelo processo Eichmann. Juntos, os dois estabeleceram as bases fundamentais para a guinada subjetiva cujos efeitos continuam a repercutir até a atualidade:

Num desses casos que potencializam fatos significativos e não podem ser ignorados, as transições democráticas no sul da América coincidiram com um novo impulso da produção intelectual e da discussão ideológica europeia. Os dois debates se entrelaçaram de modo inevitável, em especial porque o Holocausto se serve como modelo de outros crimes e isso é aceito por quem está mais preocupado em denunciar a enormidade do terrorismo do Estado do que em definir seus traços nacionais específicos. (SARLO, 2007, p.46)

3.2 - Consequências do novo paradigma para a sociedade

O processo Eichmann e a transição democrática ao final das ditaduras na América Latina conduziram, então, a um novo paradigma fundamental para a sociedade moderna: a centralidade do testemunho. O relato foi elevado de um contribuinte para a obtenção da verdade para corporificar a verdade em si.

A primeira grande mudança acarretada pelo novo quadro paradigmático social e principal motor da nova configuração social encontra-se na sacralização do testemunho. Ao expor memórias marcadas por momentos de dor incomensuráveis, a testemunha assumiu caráter intocável. Questionar a veracidade de tais episódios de profundo sofrimento tornou-se ofensa tão hedionda que nem mesmo o advogado de defesa durante o processo Eichmann ousou fazê-lo. Durante o julgamento, permitiu-se, inclusive, que as testemunhas falassem de eventos não relacionados às acusações, fato que não ocorre em julgamentos comuns.

Se anterior ao julgamento não havia o desejo de conhecimento dos horrores vividos pelas vítimas do Holocausto, a estratégia de Hausner e o recém-adquirido caráter sacro do testemunho desencadearam um movimento na direção oposta. Proliferaram infinitos produtos televisivos e cinematográficos, assim como obras literárias, peças teatrais e projetos de pesquisa universitários cuja temática eram as experiências dos sobreviventes. Esta ânsia pelo saber do Holocausto se expandiu para a necessidade de toda forma possível de conhecimento, em especial os episódios de sofrimento. No âmbito do jornalismo, principal objeto de estudo dessa dissertação, este interesse evidencia-se através da constante exploração midiática de casos de violência ou sofrimento. Exploração esta que é apenas um resultado de uma demanda do público.

Dentre as iniciativas acadêmicas e midiáticas resultantes da centralização do testemunho, duas merecem destaque devido a seu pioneirismo e ideologias peculiares: o filme “Shoah”, de Claude Lanzmann e o surgimento da “Shoah Visual History Foundation”⁹, criada pelo diretor de cinema Steven Spielberg nos anos 90.

⁹ “Survivors of the Shoah Visual History Foundation”, em português “Sobreviventes da Fundação de História Visual da Shoah”, hoje chamada de “USC Shoah Foundation Institute for Visual History and Education”, é uma organização não-governamental criada por Steven Spielberg em 1994. O principal objetivo do instituto era o de registrar em vídeo testemunhos de sobreviventes do Holocausto. A

O filme, que apresenta nove horas e meia de duração, consiste em uma sequência de depoimentos sobre o Holocausto, tanto de judeus, como de não judeus que viveram durante o período e de oficiais alemães partidários do regime. Ao expor estes diferentes depoimentos, Bertolini (2010) afirma que Lanzmann objetivava restituir a história àqueles mortos durante o Holocausto. Spielberg, por sua vez, através de sua fundação buscou recolher depoimentos para constituir a História do Holocausto. Os testemunhos neste caso eram controlados, possuíam duração máxima e seu conteúdo era pré-determinado. O objetivo do cineasta não era registrar uma história oral do Holocausto, e sim mostrar a sobrevivência, provar que o nazismo havia falhado. Ele queria assim, diferentemente de Lanzmann, substituir a História científica pela História dos testemunhos, que seria “a verdadeira História”, aquela contada por aqueles que a viveram.

Os objetivos dessas duas iniciativas demonstram, portanto, uma grande mudança: a substituição da história documental pela história testemunhal. Consolidou-se a crença de que o relato seria a forma mais pura e verdadeira de contato com a História. Da mesma forma, o jornalismo, embora mantenha seu discurso de inserir sua prática sob a égide da objetividade, passou a conferir um valor cada vez maior ao testemunho como fonte factual, reduzindo a preocupação em verificar o que é relatado pela testemunha ou em apresentar uma visão contraditória para expor ao público um panorama completo do fato noticiado.

A exploração midiática da História do Holocausto atingiu tamanha proporção, que alguns sobreviventes repudiaram certas iniciativas. A minissérie “Holocaust”, televisionada no final da década de 70 nos Estados Unidos, por exemplo, foi um sucesso de público, com 120 milhões de espectadores. Os sobreviventes, no entanto, criticaram a produção, questionando seu caráter muito romancado, excluindo as principais mazelas pelas quais as vítimas passaram: sofrimento, fome, angústia, em favor de temáticas cinematográficas como histórias de amor impossíveis. A reclamação, posteriormente, segundo Wieviorka (2006), assumiu dimensão ainda maior, com o sentimento por parte de alguns sobreviventes de serem destituídos da própria história.

fundação recolheu mais de 52 mil relatos entre 1994 e 1999. Atualmente, sua meta é combater preconceitos.

Evidencia-se aqui um problema de grande complexidade e que afeta diretamente a produção jornalística. Além do caráter de construção inerente à memória – que será abordado a seguir – a própria mídia realiza, a partir do testemunho, um segundo processo de construção. Essa última versão finalizada pela imprensa é a que é divulgada e assumida como verdade pelo público, disseminando uma história ainda mais distante da “real”. A manutenção da referencialidade, ao menos em algum grau, ameniza esse afastamento, que é, ao contrário, potencializado quando o testemunho – repleto de subjetividades e lacunas – atua como principal ou única fonte.

Mais um grande problema decorrente da confiança cega no testemunho está em que, além da óbvia possibilidade de uma invenção por parte da testemunha – como o surgimento de testemunhos falsos no Holocausto que será analisado mais adiante –, a memória não constitui um retrato fidedigno do passado. Ela é, ao contrário, uma construção sobre a qual influem diferentes fatores. Relatar uma história significa organizar uma sequência de fatos em uma narrativa lógica. É justamente esse processo de narrativização dos fatos que é problemático. Os relatos são produzidos no presente e, por isso, se adaptam às particularidades da época em que são construídos, com os paradigmas políticos, sociais e culturais característicos de cada período. O relator, então, insere elementos do presente para manter a coerência de seu discurso, assumindo um caráter de persuasão. Quanto mais distante o testemunho for do fato, mais ele se distancia da história e do fato em si.

É errado, portanto, acreditar que a narração pode ocupar o lugar da explicação e da compreensão quando estas estão ausentes. A memória sempre recorre a formas narrativas, cujas representações ficam estilizadas e simplificadas. Em suma, aquele que narra fala no presente sobre um tempo passado, gerando um anacronismo inevitável. O presente (contexto social, político, intelectual) é o que possibilita a rememoração, assim como sua difusão. O que não significa que se deve excluir a memória, e sim ter consciência de seu caráter anacrônico, assim como seu poder de influenciar questões políticas da atualidade.

A plasmação da memória pelo contexto do período histórico-social em que é produzida não é o único fator que permite o questionamento do relato. Refletindo sobre a prática da autobiografia, Arfuch (2002) destaca o problema do distanciamento do

sujeito que relata e aquele que é protagonista da história. A essência da autobiografia, assim como de qualquer relato, é precisamente a de que estes dois indivíduos são a mesma pessoa, mas na prática ocorre justamente o oposto. O autor do relato não expõe a si mesmo, e sim uma visão construída dele próprio, isto é, o relato de si mesmo não passaria de mais uma forma de literatura, já que representa apenas uma perspectiva do autor sobre a própria história.

Não se tratará então de adequação, da reprodução de um passado, da captação “fiel” de acontecimentos ou vivências, nem das transformações “na vida” sofridas pelo personagem em questão, mesmo quando ambos – autor e personagem – compartilharem o mesmo contexto. Tratar-se-á, simplesmente, de literatura [...]. (ARFUCH, 2002, p.55)

Os gêneros discursivos estão, portanto, inseridos num certo contexto, que implica não apenas em uma visão de mundo, mas também no estabelecimento de uma valoração, isto é, uma perspectiva ética. De forma inconsciente, designamos títulos de bondade ou maldade, certo e errado, como em uma verdadeira narrativa de ficção. Se em um texto factual esse risco já se mostra presente pelo impulso resultante do modelo social vigente, no relato, em que a pessoalidade e a subjetividade predominam, esta prática é quase certa. Bakhtin (BAKHTIN apud ARFUCH, 2002, p. 71) definiu esta tendência como “fabulismo da vida”, ou seja, a história de vida torna-se uma narração, “é a fábula da (própria) vida, narrada uma e outra vez, o que constitui em verdade o objeto da biografia.” (ARFUCH, 2002, p.71)

Durante a construção da narrativa da memória, além da prática de valoração, é comum o emprego excessivo do detalhe a fim de salientar a veracidade do relato. Um indivíduo capaz de lembrar dos mínimos elementos de um fato passado seria de confiança inquestionável para transmitir a mensagem central do evento. “Num testemunho, jamais os detalhes devem parecer falsos, porque o efeito de verdade depende deles, inclusive de sua acumulação e repetição.” (SARLO, 2007, p.52).

Nos relatos de sofrimento, como o dos torturados pela ditadura ou o dos filhos dos desaparecidos durante este mesmo regime totalitário na América Latina, esse detalhismo se faz presente de forma constante e, por muitas vezes, termina por dispersar o argumento inicial. A rememoração assume, assim, um caráter predominantemente afetivo em lugar de factual, tendência que diverge das premissas clássicas do jornalismo. Esses relatos, então, pertenceriam ao gênero que Sarlo (2007) chama de

realista-romântico: sua subjetividade o isenta da dúvida metodológica. O próprio sujeito que narra está se aproximando de uma verdade que nem ele mesmo conhecia até então, apenas habitava sua mente na forma de fragmentos de memória.

Como será destrinchado no próximo capítulo, a revista “piauí” faz uso do detalhe mais do que como recurso, o adota como estilo editorial. Quase a totalidade das matérias da publicação apresenta um excesso de detalhes, sendo repleta de descrição de ambientes, expressões faciais, vestuários, objetivando atingir este efeito de verdade. O jornalista aparece como um ser onisciente e, portanto, a credibilidade em seu relato seria indubitável.

O uso do relato na história e no jornalismo traz, então, um paradoxo importante: cada pessoa tem direito a ter sua própria memória, com suas particularidades, que fazem parte de sua identidade, mas esse direito entra em conflito com o dever do historiador e do jornalista, que é a busca pela verdade. O testemunho precisa de autenticação externa para ser validado como verdadeiro, não basta por si só. Contudo, o relato não mais aceita e não é submetido às mesmas regras de comprovação que um discurso referencial. A vivência de episódios de trauma extremo como o Holocausto os isentaria de tal questionamento, já que a experiência seria inexplicável. Com o risco de atestar o óbvio, a comprovação da veracidade dos fatos, fundamental à história e ao jornalismo, é impossibilitada.

Para que o relato cumpra sua função, precisa ser apelativo, conquistar o público a que se dirige. Em uma construção marcada pela subjetividade, é fundamental o estabelecimento de uma identificação com o leitor ou espectador. Além de denotar credibilidade, o detalhe servirá a este propósito, reificando o tom sentimental do relato. Da mesma forma, a representação da vítima como uma pessoa comum se apresenta como essencial ao estabelecimento da identificação.

Para além da publicação de quantidade de livros de testemunho e pesquisa, a tela televisiva foi muitas vezes, nos últimos anos, lugar de rememoração, em que o vivido por alguém em particular vai naturalmente para além do autobiográfico, a fim de envolver identidades coletivas e sentidos compartilhados. (ARFUCH, 2002, p.106)

O promotor do processo Eichmann, Gideon Hausner, escolheu testemunhas que evidenciassem essa normalidade. Da mesma forma, Steven Spielberg deixou claro que todos os depoimentos feitos à “Shoah Visual History Foundation” deviam evidenciar

este caráter de “comum” das vítimas. Na matéria publicada pela revista “piauí” sobre o político Marcelo Freixo, que será analisada no próximo capítulo, os traços dessa tendência são marcantes. Ser perseguido pelas milícias e a recusa em associar-se aos grandes conglomerados políticos são características que facilmente o fariam ser retratado como herói nacional. Exibi-lo como um indivíduo superior aos demais criaria, no entanto, um distanciamento, dificultando a identificação para com o personagem. A semelhança é mais eficaz que diferença. A preferência pela biografia heroica, isto é, aquela que destaca os grandes feitos, a excentricidade, a glória perante os demais é substituída pelo que Arfuch (2002) chama de “biografia social cotidiana”, em que o herói é o indivíduo com valores morais e familiares sólidos, que busca praticar o bem e atingir a felicidade.

O caráter apelativo dos testemunhos se deve também a um fator importante, mas que parece habitar a esfera da obviedade. Os fatos narrados realmente aconteceram. A revelação de eventos que apenas aquele que os viveu pode denunciar produz certo efeito místico e de encantamento. Por isso, quanto mais evidências de sua veracidade o relato oferecer, maior será sua atratividade. Aqui, a forma exercerá papel fundamental, garantindo que o testemunho não apenas **seja** real, mas também e, principalmente, **pareça** real. “Avançando uma hipótese, não é tanto o “conteúdo” do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, momentos atitudes – mas precisamente as *estratégias* – ficcionais de *autorrepresentação* o que importa.” (ARFUCH, 2002, p.73)

A intenção de promover a identificação acarretou outra tendência: a valorização do homem comum. No caso da reportagem sobre Marcelo Freixo, ocorreu a normatização de um indivíduo que, na realidade, destaca-se por suas atitudes incomuns. No entanto, para além da representação, disseminou-se o destaque de pessoas de fato “normais”. O sucesso dos “reality shows” é a prova do êxito este modelo. Embora o amor, a competição, o ciúme, a determinação, sejam características comuns à maior parte das pessoas, no novo paradigma social e conseqüente modelo midiático, elas assumem caráter extraordinário. É importante lembrar, contudo, que a necessidade da exibição do homem comum antecede o fervor dos “reality” e remonta ao início do registro audiovisual dos testemunhos do Holocausto. Como observou Frédéric Gaussen:

“A ideia que se instaurou é a de que todas as histórias de vida mereciam ser contadas.” (GAUSSEN apud WIEVIORKA, 2006, p.96)¹⁰

A partir deste momento, portanto, tanto nas ciências humanas como na mídia, o assunto em voga tornou-se contar a história do homem comum. Nesse mesmo período, por consequência, os sentimentos e problemas particulares começaram a ser relatados na televisão e no rádio, surgindo a chamada “televisão da intimidade”. Esta valorização do homem comum, então, estimulou a presença da subjetividade nos relatos jornalísticos, na medida em que se tornou necessário acrescentar aspectos pessoais e elementos da rotina e da vida do personagem em questão para evidenciar sua “normalidade” e atrair o público por meio da identificação.

O processo de narrativização dos relatos e a construção da imagem do personagem para fins de identificação conduzem, então, a mais um paradoxo deste novo paradigma social que se constituiu, muito evidente nas práticas jornalísticas. Segundo as premissas do jornalismo clássico, para que o personagem seja digno de ocupar espaço na mídia é preciso que atenda a pelo menos um dos critérios de noticiabilidade, apresentando características que sejam relevantes ao interesse público. No entanto, é na construção das notícias, assim como no método de condução da entrevista do personagem que essa relevância é justificada e assume sentido. As peculiaridades do indivíduo em questão são adequadas ao imaginário e modelos sociais já conhecidos. “O plano do relato apresenta, por sua vez, o deslizamento da pessoa ao personagem, ou seja, à construção ficcional que toda aparição pública supõe e, conseqüentemente, a uma lógica narrativa das ações.” (ARFUCH, 2002, p.191).

E é neste processo de adequação aos padrões conhecidos da sociedade que se estabelece o paradoxo: ao mesmo tempo em que busca destacar os indivíduos, acaba por uniformizá-los. “É que, quase obrigatoriamente, a voz do outro tornará a “unicidade” do personagem propriedade comum, experiência comparável e compatível, ilustração do já conhecido.” (ARFUCH, 2002, p.195) Os personagens midiáticos serão encaixados sob os modelos que historicamente mereceram destaque: artes, dinheiro, fama, excepcionalidade, dentre outros padrões. Assim, a identificação atua em uma via de

¹⁰ The idea has taken hold that all lives equally deserve to be told.

mão dupla: pelo afastamento, que deve garantir a singularidade da pessoa e, ao mesmo tempo, pela proximidade, que procura enquadrá-lo como ser humano.

O estabelecimento da ideia de que todos precisavam se expressar no período posterior ao Holocausto gerou uma questão ainda mais complexa: a identidade dos sobreviventes passou a ser definida pelo que haviam passado. De sujeitos, passaram a sobreviventes. Testemunhar ganhou um caráter social e psicológico importante, já que o registro da história do indivíduo seria uma forma de devolver a história que lhes havia sido roubada. Assim, o testemunho restauraria a identidade do sobrevivente e também dos descendentes daqueles que não sobreviveram, que se sentiriam perdidos, sem origem. A mesma lógica se reflete na mídia atual em que um indivíduo pode ser taxado por alguma característica específica ou um ato realizado que sobressaia – de forma positiva ou negativa.

Os relatos em primeira pessoa nos diferentes formatos – cinema, literatura, mídia – são exaltados, portanto, por sua dupla função: a restituição da identidade e a cura para a alienação. No entanto, as diversas problemáticas em torno da memória como construção questionam a eficácia do testemunho como solução. Embora seja inegável que a proliferação de relatos posterior ao processo Eichmann tenha trazido à luz temáticas de relevância inquestionável, como a necessidade de evitar um novo episódio como o Holocausto e fornecer apoio às suas vítimas, é preciso lembrar que um testemunho não dá conta de todos os pontos de vista de uma mesma História. Assim, considerá-lo como solução final para a ignorância perante os malefícios da humanidade seria atitude irresponsável ou, no mínimo, ingênua.

Em contrapartida, a defesa da concepção de matérias jornalísticas ou de uma História que ignorem a sentimentalidade embutida em seus fatos seria igualmente incorreto. É fundamental associar os eventos aos impactos humanos que eles produziram, por isso a memória é, além de direito, um dever dos protagonistas da História. Todavia “não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança; tampouco o dever da memória obriga a aceitar essa equivalência.” (SARLO, 2007, p.44)

Para abordar a subjetividade do testemunho, contudo, é preciso que o jornalista ou historiador mantenha uma determinada distância em função de seu caráter humano.

Se o profissional dessas duas áreas for envolvido pela emoção dos fatos sua imparcialidade será inevitavelmente afetada. Conseqüentemente, a função primária destes é distorcida. Em lugar de entender e explicar, deixando a opinião a cargo do público, o jornalista se transforma em um emissor de julgamento. Tal prática é evidente nas mídias atuais, em que a visão do autor da matéria é cada vez menos disfarçada no texto. Estamos na época em que histórias individuais e opiniões pessoais tomaram o lugar da análise. Para Wieviorka (2006), os historiadores e, por extensão, poderíamos acrescentar os jornalistas, renunciaram à difícil tarefa da compreensão.

Esta excessiva valorização e confiança no testemunho levaram à construção da “pós-memória”, para Sarlo (2007), ou “memória-prótese”, para Bertolini (2010). Ambas as expressões implicam a formação de uma memória constituída a partir de informações institucionais e pelos descendentes dos verdadeiros protagonistas dos fatos. Por definição, esta rememoração possui caráter inevitavelmente mediado. Dessa forma, além das influências da temporalidade e da perspectiva quando o próprio protagonista do fato narra sua história, tornaram-se marcantes as influências de entidades externas, a mídia em particular. Quanto maior o peso da imprensa sobre a sociedade, maior influência ela exercerá sobre as construções do passado. “[...] se o passado não foi vivido, seu relato só pode vir do conhecido através de mediações; e mesmo se foi vivido, as mediações fazem parte deste relato” (SARLO, 2007, p.92).

Como explicitado ao longo desta dissertação, qualquer forma de lembrança passa, inevitavelmente, por um processo de construção, é uma etapa inerente à formação da memória. A memória, assim como a pós-memória, estaria repleta de um vazio, ou seja, de fragmentos, que são preenchidos por “operações linguísticas, discursivas, subjetivas e sociais do relato da memória” (SARLO, 2007, p.99). O problema aparece a partir do momento em que a rememoração é assumida como verdade. É preciso manter sempre em mente o caráter fragmentário da memória, reconhecendo que ela opera sobre um elemento que não existe no presente.

A atual conjuntura de corporificação da verdade no relato unida aos esforços para o estabelecimento de identificação do público para com a vítima provocou casos extremos de apropriação de identidade que, por sua vez, geraram uma discussão sobre a

flexibilização da fronteira entre verdadeiro e falso e uma substituição da autenticidade pela autoridade.

A produção e, principalmente, a validação de testemunhos falsos constitui no ápice dos efeitos da era do testemunho. Tal fenômeno representa a extrapolação da identificação pretendida pelos relatos, passando para a apropriação da identidade alheia. Apropriação esta que foi legitimada pela sociedade como consequência da sacralização do testemunho. Os “mentirosos” seriam o resultado de uma sociedade que acredita que todos são vítimas e devem encontrar uma forma de se expressarem, para afirmarem suas identidades.

Para além do resultado extremo da produção de uma notícia efetivamente falsa, cujos casos, felizmente, ainda são raros, os efeitos do novo paradigma social marcado pela centralização do testemunho são palpáveis em diversos produtos midiáticos. Produtos estes que não operam com inverdades, mas evidenciam perspectivas. A análise desta nova tendência, assim como suas consequências é, portanto, imperativa.

4. A Era do Testemunho nos veículos de comunicação

A imprensa é uma instituição que, assim como a maioria das entidades consagradas, possui metas e ideais fixos, que definem sua essência. O jornalismo moderno, como visto no capítulo 1, foi moldado a partir dos princípios da neutralidade, objetividade e busca da verdade. São estes os pilares que lhe conferem a reputação de “portal” para o conhecimento do mundo.

A imprensa não é, no entanto, uma entidade desencarnada. Ela é uma instituição formada por seres humanos que, como quaisquer outros membros da sociedade, são afetados por alterações no paradigma social. Com a centralização do testemunho iniciada pelo processo Eichmann não foi diferente. Os jornalistas, gradativamente, passaram a valorizar de forma crescente os testemunhos e a subjetividade em suas reportagens. Mais do que suportes à comprovação da veracidade de um fato, em alguns casos, os testemunhos tornaram-se o fato em si. Importante ressaltar que o relato não necessariamente é oriundo daquele que de fato vivenciou o evento descrito, pode vir também do próprio repórter que, ao visitar o local e ouvir experiências alheias tentará, ele mesmo, experienciar o que vai noticiar.

No capítulo 2, foram expostas as significativas consequências da valorização do testemunho na sociedade. No âmbito do jornalismo, pode-se dizer que o impacto é ainda mais profundo e, por isso, digno de análise. A centralização do testemunho repercutiu na essência da prática e criou um novo critério de verdade. A noção do que é verdadeiro deixou de basear-se na distância emocional, na comprovação documental e assumiu novos aspectos inspirados pelo novo paradigma social.

A narrativa do sofrimento, em primeiro lugar, tornou-se o pilar para avaliação da realidade. Ao ser sacralizado, o relato da dor assumiu posição de verdade indubitável. Tal atitude gerou um grave problema, a validação de testemunhos falsos, que serão analisados posteriormente neste capítulo. A dimensão sobre o risco, isto é, o perigo que um indivíduo possa estar se submetendo ao expor sua história, gerou este mesmo efeito do sofrimento, desestimulando a dúvida metodológica. Em terceiro lugar, tornou-se fundamental a noção de experiência. O leitor ou espectador assumiu a necessidade de saber que o narrador dos fatos experimentou o que está relatando para incorporar

credibilidade. Isto é, o sujeito de enunciação passou a precisar estar implicado no enunciado.

A ânsia pela experiência fez com que as vítimas, protagonistas dos fatos, cada vez mais passassem a querer relatar suas próprias histórias. Para que a figura do jornalista como mediador continuasse existindo, precisou-se conferir um teor mais subjetivo e narrativo ao texto jornalístico, que contribuiu para criar essa sensação de experiência exigida pelo público. De forma geral, elementos textuais e aspectos do conteúdo, então, criam um espetáculo “baseado em fatos reais” que deve ser incorporado por repórter e vítima e replicado para o público que o aceitará como verdade.

Para exemplificação deste estudo, foram escolhidos dois produtos jornalísticos como exemplo. O primeiro foi a revista “piauí”, por sua proposta editorial inovadora, apresentando uma tendência narrativa em suas reportagens. O segundo foi o programa “Profissão Repórter” - exibido semanalmente na emissora de televisão Rede Globo – por apresentar matérias centradas nos testemunhos de seus personagens e também dos próprios repórteres, apesar de ter como princípio editorial a defesa e manutenção dos valores clássicos da notícia de neutralidade e objetividade. “[...] os relatos em primeira pessoa são discursos e, como tais, devem também ser analisados”. (SERELLE, 2009, p.39)

4.1 – Estudos de caso

4.1.1 – O caso da Revista “piauí”

A revista “piauí” foi lançada em 2006, idealizada pelo documentarista brasileiro João Moreira Salles, hoje um dos editores da revista. Em entrevista conferida ao programa da TV Câmara “Sempre um Papo” em 2007, o criador da publicação detalhou os objetivos, a estrutura formal e a temática da revista. Será esta a principal fonte para análise da publicação no âmbito deste estudo, além das matérias da “piauí” - utilizadas com caráter de exemplificação - e os conceitos teóricos abordados no capítulo anterior.

Segundo Salles, a ideia para o surgimento da revista partiu de um desejo pessoal de encontrar uma publicação em padrões que fugissem ao jornalismo tradicional.

Buscava encontrar um produto midiático que mantivesse o compromisso com a informação, mas que apresentasse maior preocupação com a forma, permitisse maior liberdade temática e que fosse divertida. Assim, a “piauí” apresenta textos longos, podendo dedicar até dez páginas para uma mesma matéria, quase não possui imagens – sendo estas substituídas por ilustrações – e suas reportagens demonstram caráter narrativo, evidenciando elementos típicos da literatura, como o suspense, sequência cronológica, entre outros. Em função destas características – e talvez por ter sido lançada durante o maior evento literário brasileiro, a Flip de 2006 – para muitos especialistas, o jornalismo praticado pela “piauí” encaixa-se na categoria de jornalismo literário. Salles, no entanto, rejeita essa classificação e reitera que a revista mantém uma proposta jornalística:

A usar alguma coisa prefiro falar de jornalismo narrativo. [...] As nossas matérias não são essencialmente diferentes daquelas que vocês vão encontrar na imprensa mais estabelecida. A forma como os temas serão tratados certamente será diferente. Não tem aquelas coisas de lide, sublide, etc. [...] O que não significa que a “piauí” não seja informativa, ela é, tem compromisso com a informação. [...] Tudo que vocês leem na “piauí” é verdade. (SALLES, 2007)¹¹

Apesar da proposta inovadora e de um desejo de afastar-se da mídia tradicional na questão da forma, é essa continuidade da imagem da revista como um produto jornalístico que torna a análise da “piauí” pertinente à temática deste estudo. E não é apenas uma imagem. Como destacado pelo documentarista, a publicação e a revista “Veja” são as únicas no Brasil a possuírem um departamento de checagem dos dados contidos nas matérias, evidenciando a preocupação da revista com a precisão das informações que transmite.

Uma das principais prerrogativas da publicação é a presença do jornalista no local ou nos locais onde o fato ocorreu ou na rotina do personagem em questão. Segundo exemplo do próprio Salles, a revista não publicará nenhuma notícia sobre a guerra do Iraque a não ser que um de seus jornalistas seja enviado para o país para averiguar a situação do conflito. Há uma preocupação muito maior em proporcionar uma experiência ao leitor do que em destacar os fatos. As estatísticas, números e quaisquer dados factuais – embora precisos - são alocados ao longo da matéria de forma a não interferir na passagem da experiência ao leitor. Em reportagem publicada na

¹¹ Disponível em: <http://www.sempreumpapo.com.br/audiovideo>. Acesso em 21 de abril de 2012.

edição de abril de 2012 sobre o político Marcelo Freixo, em muitos trechos a preocupação em evidenciar a presença do repórter é nítida:

O gabinete T04 de Freixo fica no térreo da Assembleia Legislativa do Rio. É vizinho de porta de Clarissa Garotinho. [...] Se no T03 as persianas são cor de lavanda e pufes amarelo-manga adornam a recepção, no gabinete de Freixo o ambiente é mais utilitário, militante e saudosista. (Revista piauí, 2012, p.30)

Salles cita o ensaio “O narrador” de Walter Benjamin, afirmando que nele o teórico diz que a notícia mata (sic) a narrativa, mas que a “piauí” pretende mostrar que notícia e narrativa não precisam ser inimigas. Tal posicionamento ele afirma ter herdado de sua tradição com documentários, em que a mesma lógica se aplica: a experiência do espectador deve prevalecer sobre a informação. Essa postura evidencia uma das características da era do testemunho: a substituição da história documental pela história testemunhal. Embora se mantenha um compromisso com a veracidade dos fatos, o foco incide sobre o relato, transmitir as sensações, as imagens do que foi vivido por outrem:

Freixo é responsável pelo bem-estar dos pais – o pai tem pouca escolaridade e se locomove com dificuldade –, o provedor do sustento dos filhos e, além disso, guardião de duas sobrinhas que ficaram órfãs muito pequenas. O pai delas, Renato Freixo, era irmão do deputado. Foi assassinado a tiros por milicianos numa madrugada de julho de 2006, aos 35 anos de idade. (Revista piauí, 2012, p.31)

Salles reconhece a qualidade dos editoriais da mídia tradicional, mas afirma que a distância do autor da notícia em relação ao fato em si transforma estes textos em meramente opiniões. Na “piauí” não existe matéria em que o jornalista não tenha entrado em contato com o que vai noticiar, “não tem opinião desencarnada [...], precisa sair da redação, ver com os próprios olhos, voltar e escrever [...]. Na “piauí”, tudo é visto pelo olho de quem escreve.” (SALLES, 2007) ¹².

Embora seja pertinente a afirmação de que o distanciamento do fato pelo jornalista nos editoriais resulte apenas numa visão superficial da notícia, a aproximação da notícia pelo repórter não exclui o caráter opinativo da matéria, ao contrário, pode potencializá-lo. O jornalista é um ser humano comum e, portanto, sujeito às influências de sua formação acadêmica e social, experiência de vida, mesmo quando se tem como objetivo a neutralidade. Quando o repórter convive por período mais prolongado com

¹² Disponível em: <http://www.sempreumpapo.com.br/audiovideo>. Acesso em 21 de abril de 2012.

seu personagem – como ocorre na revista, em que a apuração de uma matéria pode durar meses – é quase inevitável o estabelecimento de um vínculo entre os dois, vínculo este que fatalmente se reflete na matéria. Além disso, a presença do jornalista não implica que ele será capaz de absorver a verdade absoluta – se é que ela existe –, o profissional acolhe uma perspectiva do que observa, influenciado por suas subjetividades. Assim, com olhar distante ou próximo, qualquer texto jornalístico focado em uma experiência pessoal se constituirá em opinião. É preciso lembrar que a memória não é um retrato da realidade, e sim uma construção. O risco se apresenta pelo acolhimento da visão do jornalista pelo leitor em lugar de uma reflexão para formação de pensamento próprio, já que, embora não pregue a objetividade, a “piauí” se propõe a apresentar a verdade.

Apesar do risco da potencialização da parcialidade em função do caráter narrativo conferido, é preciso destacar que pode existir uma grande vantagem na explicitação da presença do jornalista. Ao ressaltar sua existência, o jornalista chama a atenção para seu papel de mediador entre o fato em si e a construção de seu relato para o leitor. Como já discutido anteriormente, em qualquer texto um mínimo de influência do autor é inevitável. O formato objetivo das notícias tradicionais, contudo, oculta de certa forma esta realidade, enquanto evidenciar o indivíduo que relata a história a ressalta. Nesse sentido, poder-se-ia pensar a subjetividade como uma forma de objetividade superior.

Além do testemunho do jornalista, outro foco da revista é o relato dos próprios protagonistas dos fatos. A publicação não aborda temas de maneira genérica, sempre o fará a partir da história particular do sujeito:

Você nunca vai ler na “piauí” uma matéria que trate da situação da educação no Brasil. [...] Essas grandes teorias universais não cabem na “piauí”. O que não significa que a gente não vai tratar de educação. [...] Você fala de educação encarnando a história em um personagem singular. [...] É uma história concreta, real, não é uma abstração. (SALLES, 2007)¹³

A valorização do testemunho pela revista é tamanha que, ocasionalmente, são publicados relatos em primeira pessoa, escritos pelo próprio protagonista do fato. Foi o caso de um ex-fotógrafo do jornal “O Dia” que, após realizar uma matéria investigando

¹³ Disponível em: <http://www.sempreumpapo.com.br/audiovideo>. Acesso em 21 de abril de 2012.

a atuação das milícias em uma favela no Rio de Janeiro, foi sequestrado, torturado e teve sua vida pessoal destruída pelos criminosos. Ele próprio redigiu sua história e ela foi publicada na “piauí” na edição número 59, de agosto de 2011. A ênfase no sofrimento, os horrores passados durante as horas de tortura e os impactos do trauma em sua vida são os principais aspectos da notícia:

Durante a tortura, estávamos lado a lado, eu, a repórter e o motorista. Num quarto escuro, só iluminado por telas de celulares, que usavam para que pudéssemos assistir uns aos outros serem subjugados. O motorista pedia para que eu afastasse escorpiões que subiam por suas costas. Não podia ajudá-lo. Ouvíamos passos de muitos PMs. Tiraram nossos capuzes e substituíram por sacos plásticos, parecidos com os de supermercados. Com eles, produziam asfixiações temporárias. (Revista piauí, 2011, p.22)

Minha mulher e meus filhos não falavam comigo. Ver o sofrimento deles foi a maior dor que senti. Tive vontade de me matar, de me jogar do 20º andar do hotel. Aquilo foi me consumindo. O único que me entendia e me dava carinho era Sávio, meu cachorro. Como se não bastasse tudo que passara, Sávio morreu. (Revista piauí, 2011, p.22)

Os riscos da sacralização da testemunha são os mesmos da reverência ao relato subjetivo do jornalista, mas de forma potencializada. O personagem apresenta a sua perspectiva sobre o fato, o que não necessariamente corresponde ao retrato mais fiel da realidade. Retomando uma reflexão destacada no capítulo anterior quanto ao distanciamento do sujeito protagonista e do sujeito testemunha, ao contar sua própria experiência, o sujeito em realidade, de forma inconsciente, apresenta apenas uma visão daquilo que lhe ocorreu em lugar de uma exposição fidedigna do evento. Existe uma impossibilidade na correspondência plena entre aquele que protagonizou o fato e o que o relata posteriormente, ainda que sejam a mesma pessoa.

Cada indivíduo tem direito a possuir sua própria memória, que será construída com elementos de sua própria subjetividade. No exemplo exposto acima, do jornalista que relatou sua tortura, a subjetividade pode funcionar de forma positiva, na medida em que auxilia a produzir um maior impacto no leitor para alertar sobre problema tão grave quanto a ação das milícias. No entanto, em muitos casos, a apresentação desta memória como espelho da realidade pode ser problemática, pois entra em conflito com o maior objetivo do jornalismo: a busca pela verdade. A ênfase no teor sentimental realizada pela revista pode ser verificada ainda através da comparação de dois trechos de depoimentos de Freixo acerca das ameaças de morte contra ele, um publicado no jornal

“O Globo” e outro na “piauí”. A mensagem transmitida é a mesma, mas a forma é distinta, fato que influencia em sua percepção pelo público:

O deputado se queixou de ainda não ter tido retorno do governo do estado a respeito das investigações das ameaças que recebeu.

- As denúncias que chegaram ao estado têm uma riqueza de detalhes que permite uma investigação. Algumas ameaças têm nome do policial envolvido e o local de atuação dele. Até hoje não fui avisado de nenhuma investigação - disse. (O Globo, 16/11/2011) ¹⁴

A mágoa e a preocupação permanentes de Freixo vêm do fato de ser mantido no escuro em relação a providências tomadas (ou não) pelos órgãos de segurança para os quais cada denúncia contra ele é encaminhada: “Nunca me disseram nada até hoje. Não é possível que esse seja o melhor padrão de funcionamento em relação a quem recebe ameaças. Concordo que há pouco a fazer com denúncias genéricas e que 95% delas não procedam. Mas me basta que 1% proceda para assustar. (Revista piauí, 2012, p.34)

Seja no relato do jornalista ou da testemunha, uma mesma característica se faz presente: o detalhismo. Como também discutido no capítulo 2, exagerar nas minúcias, na descrição de cenários, expressões faciais é uma estratégia que confere um maior grau de realismo ao testemunho. Na “piauí”, os detalhes são descritos à exaustão, quase conferindo a sensação de que o próprio leitor presenciou o que foi relatado:

Dali, Freixo seguiu num Bora blindado até o Centro da cidade, com quatro seguranças logo atrás, enfiados num outro Bora também preto, mas sem blindagem. [...] Como era sexta-feira e não havia sessão na Assembleia, estava liberado do paletó. Continuava com a mesma roupa com que saíra cedo de casa para uma penca de compromissos informais: camisa social para fora e tênis branco. (Revista piauí, 2012, p.29)

A título de comparação, convém citar trecho de reportagem do jornal O Globo ao também mencionar o uso de seguranças pelo parlamentar, em que as especificações são claramente mais sucintas: “Atualmente, o deputado só anda escoltado por seguranças. A quantidade, porém, não é revelada por ele. Freixo utiliza ainda um carro blindado para os seus deslocamentos na cidade.” (O Globo, 30/10/2011) ¹⁵

¹⁴ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/deputado-marcelo-freixo-volta-ao-pais-apos-15-dias-3253662#ixzz1yoDSKAZH>. Acesso em: 21 de abril de 2012

¹⁵ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/politica/milicia-planeja-assassinar-deputado-marcelo-freixo-dizem-documentos-3079394#ixzz1yoC8oO1M> > Acesso em: 21 de abril de 2012.

O detalhismo se encaixa, portanto, na já citada tendência da formação de um gênero classificado por Sarlo (2007) como realista-romântico, em que realidade e o caráter sentimental se fundem. O problema está em que a subjetividade isenta o relato da dúvida metodológica, essencial para a apuração jornalística. As histórias pessoais pretendem assumir o lugar das evidências materiais escapando ao processo de validação a que os documentos são submetidos.

Outra tendência da publicação, também inaugurada pela era do testemunho, é a valorização da pessoa comum. Na “piauí”, são dedicadas diversas páginas para relatar a história de personagens que o próprio Salles classifica como triviais. Um exemplo é a história de um alemão - publicada na edição de abril de 2012 - que morava no Brasil e foi responsável pela tradução de grandes clássicos da literatura brasileira para a língua alemã, entre eles o complexo “Grande Sertão Veredas”, de Guimarães Rosa. Embora seja de fato interessante o relato sobre as dificuldades na passagem destas obras para um idioma tão distinto do português, o tema dificilmente seria relevante para uma mídia tradicional.

Além da abordagem de histórias corriqueiras como esta, há também uma preocupação em retratar personagens de destaque, como Marcelo Freixo, como pessoas comuns. Freixo é deputado estadual pelo Rio de Janeiro e ficou conhecido, além da honestidade incomum na política brasileira, por instaurar a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das Milícias, visando encontrar os responsáveis pela manutenção deste poder paralelo e puni-los. A iniciativa lhe trouxe constantes ameaças de morte, sendo este um dos principais temas da reportagem publicada na revista: os transtornos provocados em sua vida como consequência das ameaças. Sua história contundente levou o cineasta José Padilha a usá-lo como inspiração para um dos personagens principais em um dos filmes nacionais de maior sucesso na História, “Tropa de Elite 2”. Agora, o político decidiu concorrer à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro contra o atual governante, Eduardo Paes.

Uma pessoa com tal trajetória e notoriedade dificilmente pode ser vista como um indivíduo “normal”. Na reportagem publicada na “piauí” sobre Freixo, apesar de todas essas temáticas serem abordadas – as ameaças de morte, os feitos políticos, o personagem que inspirou no filme, a candidatura para prefeito – ocorre um grande

esforço para retratá-lo como um cidadão comum. Abordam-se suas dificuldades financeiras, por ter que sustentar pais e sobrinhas, além de pagar pensão aos filhos; sua vida profissional anterior à política, em que era obrigado a trabalhar em três empregos, entre outros problemas típicos do cidadão médio brasileiro. Ocorre ainda até mesmo a exposição de momentos íntimos:

Freixo se desculpa por estar descalço, de bermuda e camiseta ao abrir a porta do apartamento que divide com a mulher e a cunhada. Havia acabado de chegar da academia, a um quarteirão dali, e desfrutava da rara manhã pouco atabalhoada da semana. (Revista piauí, 2012, p.36)

O grande detalhismo unido à valorização da pessoa comum têm a função de atrair o leitor. O primeiro reitera o tom realista do testemunho, seu caráter de história real, enquanto o segundo atende a uma demanda do público de acompanhar histórias que se aproximem com as deles próprios, tendência inaugurada pelo processo Eichmann, em que se disseminou a crença que todos deveriam revelar suas vidas. Como já dito anteriormente, a enorme popularidade dos “reality shows” é a comprovação mais concreta do sucesso desta estratégia. A chamada “biografia social cotidiana” mostrou-se mais eficaz que a exposição do sujeito como herói. No caso da matéria sobre Freixo, ainda se vai além, exibindo-o como o candidato isolado, “o pobre coitado”, e sua disputa com Eduardo Paes pela prefeitura se aproxima da mitológica batalha David contra Golias:

O candidato a prefeito de uma só legenda vai enfrentar o prefeito que tem quase todas. O DNA do PSOL mais afugenta do que agrega, mas é essa agremiação, fundada por militantes do PT contrariados com o pragmatismo de Luiz Inácio Lula da Silva ainda no seu primeiro mandato presidencial, que dá latitude a Freixo. (Revista piauí, 2012, p.37)

A mesma informação, a da ausência de apoio partidário, também aparece na publicação “Folha de São Paulo”, mas de forma mais sutil:

Freixo deverá disputar o comando da cidade com o prefeito Eduardo Paes (PMDB), candidato à reeleição com apoio do PT; o deputado federal Rodrigo Maia (DEM), que terá como vice a deputada estadual Clarissa Garotinho (PR); a vereadora verde Aspásia Camargo; e o deputado federal tucano Otávio Leite. O PSOL não fechou acordos partidários para a campanha. (Folha de São Paulo, 11/03/2012) ¹⁶

¹⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1060290-musico-marcelo-yuka-sera-candidato-a-vice-na-chapa-do-psol-no-rio.shtml>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

Marcelo Freixo é, ao que tudo indica, de fato uma pessoa de vida sofrida, com intenções louváveis e com escasso apoio político. No entanto, o problema nessa narrativização dos fatos, criando um determinado perfil para os personagens abordados na reportagem, está mais uma vez na influência na opinião do leitor. Ao ostentar a “normalidade” de Freixo, assim como suas dificuldades – com as quais a identificação é fácil – o leitor simpatiza com o personagem, o que no caso do político, pode lhe arrecadar votos. A matéria chega a citar alguns de seus projetos e a falta de propostas e soluções para muitas questões relevantes, mas o foco é seu sofrimento e sua idoneidade.

Contudo, o “bom-caratismo” de Freixo não implica necessariamente em sua aptidão para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro. Apesar de suas boas intenções, sua escassez de apoio político pode impedir sua governabilidade. De uma forma de outra, a decisão deve ficar a cargo do leitor, que não deveria ser influenciado em suas opiniões. Obviamente não há aqui uma ingenuidade ao crer que as demais publicações jornalísticas são inteiramente isentas, não apresentando também estratégias de coação, dado que os próprios manuais de redação reconhecem a impossibilidade da neutralidade plena. Todavia, em revistas como a “piauí”, a influência não ocorre de forma singela, ela funciona como linha editorial. Se o objetivo não fosse um compromisso com a verdade, como destacado por Salles, tal atitude não seria problemática, mas apresentar uma perspectiva como retrato fiel da realidade é atitude passível de questionamento. O testemunho é importante ferramenta para prevenir a alienação quanto a assuntos de relevância social, mas ele por si só não dá conta de todos os pontos de vista sobre a mesma questão. A exposição das subjetividades tem sua validade desde que realizada de forma equilibrada com a apresentação de dados factuais e demais perspectivas sobre a temática abordada.

4.1.2 – O caso do programa “Profissão Repórter”

O programa “Profissão Repórter” é exibido semanalmente na emissora de televisão Rede Globo. A equipe é formada por jovens jornalistas que são comandados pelo já experiente Caco Barcellos. Cada edição tem duração de aproximadamente meia hora e é dedicada a um único tema, sempre de interesse público. A abordagem do assunto é feita através de casos particulares de pessoas e seu grande diferencial é revelar

também os bastidores da notícia, ou seja, as dificuldades encontradas pelos repórteres para a produção da matéria, seu contato com os personagens e, até mesmo, sua opinião sobre a questão em discussão.

Em oposição à revista “piauí”, o programa exalta seu compromisso com o jornalismo tradicional. Faz-se questão de ressaltar o emprego da neutralidade e da objetividade. O empenho é tamanho que na página do “Profissão Repórter” na internet existe uma aba que expõe os princípios editoriais das Organizações Globo. Como ocorre com outros grandes veículos de comunicação, admite-se a impossibilidade de atingir a neutralidade plena, mas reafirma-se o compromisso em se aproximar dela ao máximo:

Isenção é a palavra-chave em jornalismo. [...] Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)¹⁷

É o paradoxo entre uma defesa tão ferrenha da manutenção do jornalismo idealmente imparcial e um conteúdo essencialmente composto por testemunhos subjetivos tanto dos personagens quanto dos repórteres que torna o programa objeto relevante para este estudo.

O fato de ser formado a partir de relatos particulares, por si só, já é motivo suficiente para enquadrar o programa como resultado da era do testemunho. Ainda que exista de fato uma averiguação dos fatos relatados, antes do início da guinada subjetiva seria difícil conceber a ideia de um produto jornalístico baseado em casos particulares que mantivesse alto grau de credibilidade. A confiabilidade do público e dos próprios repórteres nas histórias contadas denota o caráter sacro assumido pelo testemunho após tendência inaugurada pelo processo Eichmann e o período de redemocratização na América Latina.

O significativo sucesso do programa, que já está em sua quinta temporada, indica outra propensão estimulada pela valorização do testemunho: a voracidade pelo conhecimento da intimidade alheia. Na edição exibida no dia 24 de abril de 2012, por

¹⁷ Disponível em: < <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html> > Acesso em: 05 de abril de 2012.

exemplo, o tema era o transplante de órgãos no Brasil. Um dos trechos consistia em acompanhar o momento em que os médicos revelavam aos familiares do paciente que o mesmo havia sofrido morte cerebral e era preciso decidir se se permitia ou não a doação dos órgãos do falecido. Dispensável dizer que este é um momento muito particular e de grande sofrimento para a família, mas foi um dos trechos mais explorados pela produção devido ao grande apreço dos espectadores pela intimidade, em especial as situações de sofrimento. O foco neste aspecto serve à função apelativa do relato, a fim de produzir uma identificação entre personagem e espectador.

Diferente da revista “piauí”, o “Profissão Repórter” não apresenta apenas um testemunho. A cada edição são apresentadas de três a quatro histórias, acompanhadas pelos repórteres por um período muito mais longo que o jornalismo diário, sendo possível que se levem meses para finalizar uma edição. Tal postura minimiza o risco de apresentar uma visão parcial do tema em questão. Por outro lado, um elemento atenuado na publicação de João Moreira Salles, mas constante no programa de Caco Barcellos intensifica seu caráter subjetivo. Na “piauí”, a presença do jornalista costuma ser evidenciada de forma indireta, através das minuciosas descrições dos ambientes, expressões faciais e vestuários das testemunhas, enquanto no programa, ela ocorre diretamente pelo depoimento do repórter durante o programa, geralmente feito ao próprio Caco Barcellos no estúdio ou por reações e atitudes do jornalista durante o acompanhamento do personagem.

Ainda na edição sobre o transplante de órgãos no Brasil, em um momento a repórter abraça uma mãe que acabara de ser informada sobre a morte cerebral do filho. O fato do programa não esconder como o jornalista é afetado por aquilo que relata, ao contrário exaltando-o, pode ser visto como fator positivo na medida em que ressalta a humanidade do repórter e, portanto, sua impossibilidade em manter uma posição inteiramente neutra. Contudo, a mesma atitude também pode – e costuma - agir em direção oposta, atuando como fator de influência sobre o público espectador.

Lembrando que o programa defende veementemente seu compromisso com a aproximação máxima da neutralidade, a exposição da subjetividade de seus profissionais pode ser vista como paradoxal a seu objetivo primordial. Torna-se importante, portanto, retomar mais uma vez a questão da memória como construção em

oposição à busca pela verdade. Cada sujeito tem o direito de constituir sua própria lembrança com suas respectivas subjetividades. Porém, a apresentação desta como reflexo da realidade pura é problemática, visto que não há uma correspondência entre aquele que viveu o fato e o que o relata posteriormente. Ainda que haja um registro audiovisual dos fatos e do que a testemunha relata, a prática da construção permanece na medida em que haverá uma edição que, inevitavelmente, privilegia determinados aspectos ou temas.

Difícilmente serão encontrados no “Profissão Repórter” relatos mais triviais como ocorre na “piauí”. O programa privilegia a retratação de histórias com algum aspecto que as diferenciem, as tornem dignas de serem contadas, seguindo os critérios de noticiabilidade abordados no primeiro capítulo. Muitas são questões que atingem número significativo de pessoas, como a dependência química ou a criminalidade entre menores de idade, mas que não chegam a configurar uma normalidade. Apesar do caráter excepcional em alguma medida, mantém-se como na “piauí” o esforço para retratação do personagem como uma pessoa comum.

É importante ressaltar que aqui não se pretende negar a validade do “Profissão Repórter” ou de produtos midiáticos semelhantes. O programa realiza o importante papel de chamar a atenção da sociedade para temáticas de extrema relevância social, como a gravidez precoce, o tráfico de drogas, a importância dos protestos, entre outras. A função atribuída ao testemunho desde a realização do processo Eichmann como instrumento para retirar a sociedade da alienação é fundamental na atual conjuntura. O reconhecimento da importância do relato nesses e em outros programas ou publicações não isenta, contudo, a necessidade de analisar e alertar para o risco de utilizá-lo como referencial para a verdade. Quando um testemunho falso é divulgado pela imprensa, as consequências negativas são tão ou ainda mais impactantes que os benefícios de um relato construído sobre um fato real.

4.2 – Os Falsos Testemunhos

Até este momento, foram analisadas publicações em que o testemunho é a figura central e quais os riscos dessa postura para a formação da mentalidade social. Riscos esses derivados da inevitável tendência a demonstrar apenas um aspecto sobre o tema

abordado, resultado do novo critério de verdade estabelecido pela sociedade e apropriado pelo jornalismo. As consequências decorrentes da excessiva valorização do relato podem, no entanto, ser ainda mais devastadoras quando o testemunho não apresenta uma verdade parcial e sim uma inverdade.

O caráter sacro assumido pelo testemunho em alguns casos já resultou não apenas em uma plasmação dos princípios jornalísticos, mas em sua negligência. Histórias de um suposto profundo sofrimento afugentaram jornalistas e, até mesmo historiadores, de sua função primordial – a verificação dos fatos – e fizeram com que relatos essencialmente falsos fossem validados e divulgados por longos períodos até que fossem desmascarados.

4.2.1- O Caso Wilkomirski

A historiadora Frida Bertolini (2010) em seu livro “Contrabbandieri di verità” discute cinco casos de testemunhos falsos sobre o Holocausto, que se tornaram famosos por sua significativa repercussão, em especial o de Benjamin Wilkomirski, cujo nome verdadeiro era Bruno Dössekker. Em sua obra “Fragments: Memories of a Wartime Childhood”, narrada em primeira pessoa, ele reconstrói suas lembranças através do ponto de vista de um menino, que reevoca apenas memórias fotográficas. Durante o Holocausto, o autor, ainda criança, teria recebido uma nova identidade e sido enviado para ser criado por outra família, apenas conseguindo recuperar sua identidade judaica através da psicanálise. O livro foi grande sucesso de público e crítica, recebendo diversos prêmios.

As suspeitas quanto à veracidade do relato começaram logo após sua publicação, quando um jornalista suíço questionou algumas informações imprecisas, por isso um posfácio foi escrito para esclarecer tais questões. A verdade, no entanto, só apareceu em 1998, revelada por outro jornalista, Daniel Ganzfried. Mesmo após ser desmascarado, Wilkomirski insistia na veracidade de sua história. Descobriu-se, então, que ele realmente acreditava no que havia inventado, perdendo sua capacidade de distinguir o verdadeiro do falso.

Alguns especialistas continuaram, então, a defender a validade deste relato, pois, embora falso, seria prova da dimensão do impacto do Holocausto sobre os indivíduos, sua impossibilidade de provar sua identidade seria apenas mais uma evidência do

sofrimento das crianças deportadas, cujas identidades foram roubadas. Surge, então, a questão se, apesar de falso, o discurso de Wilkomirski continua válido porque testemunha sobre um fato verdadeiro, o Holocausto. Ainda que não seja verdadeiramente judeu, o fato de o genocídio tê-lo afetado de forma tão profunda seria significativo. A autoridade do testemunho viria para substituir sua autenticidade.

Um dos prováveis motivos para essa atitude de Wilkomirski seria a transformação do Holocausto no paradigma do mal. Assim, vítimas de outros traumas se identificariam com este caso específico. A superexposição dos testemunhos teria criado os “testemunhos dos testemunhos” e uma memória-prótese. O contexto, portanto, é fundamental na produção de um falso testemunho e na sua autenticação. “A autoridade de um testemunho não é dada pela precisão dos eventos narrados, e sim pelo efeito que produz nos leitores.” (BERTOLINI, 2010, p.15)¹⁸ Wilkomirski seria, portanto, a prova viva da flexibilização das fronteiras entre real e imaginário em função da valorização do testemunho e o estímulo à identificação.

O risco da aceitação da validade dessa pseudo-memória é que ela pode levar à dúvida da existência de uma verdade primária, como aconteceu com o Holocausto, em que os falsos testemunhos abriram espaço para que os negacionistas argumentassem que o genocídio nunca teria existido. A crença em uma maior eficácia do falso em lugar do verdadeiro pode resultar em uma relativização da verdade. No âmbito do jornalismo, o uso desta premissa gera efeitos ainda mais graves, já que abre precedentes para que notícias falsas sejam publicadas, contrariando a essência primária da prática.

4.2.2 – O caso de Tania Head: a falsa sobrevivente do 11/09

Tania Head, cujo nome verdadeiro é Alicia Esteve Head, é uma mulher espanhola que afirmava ser uma das sobreviventes ao ataque terrorista que destruiu os dois prédios mais altos de Nova Iorque nos Estados Unidos – as Torres Gêmeas - em 11 de setembro de 2001. Houve centenas de sobreviventes e todos com relatos comoventes, porém a história de Tania tornou-se emblemática por ser a mais trágica e, ao mesmo

¹⁸ L'autorità di una testimonianza è data infatti non dalla precisione degli eventi narrati, ma dalla capacità di produrre effetti sul lettore.

tempo, a mais triunfante. Sua trajetória foi narrada no documentário “The 9/11 Faker” (em português “A Falsária do 11/09”) e será esta a principal fonte para análise deste caso.

Head relatou que estaria no 78º andar da Torre Sul no momento em que o edifício foi atingido pelo voo 175 da United Airlines. Sua sobrevivência, por si só, já seria fato digno de destaque, já que apenas 19 pessoas situadas acima do ponto de impacto do avião com o prédio conseguiram escapar. No entanto, sua trajetória ainda apresentava diversos aspectos que contribuíram para torná-la porta-voz dos sobreviventes da tragédia. Segundo relato de outro sobrevivente, a história “parecia feita sob medida para um país que precisava de inspiração”.

Além da difícil escapatória, por estar em um piso tão alto, Tania haveria se ferido, apresentando uma forte queimadura no braço. Por fim, ainda teria perdido seu noivo, a quem chamava de Dave, que, segundo ela, estaria na Torre Norte no momento do ataque. Assim, se completavam todos os elementos para compor a história perfeita: ela havia sido testemunha do evento, escapado em condições muito adversas, carregava a marca de um ferimento e havia perdido um ente querido.

Algum tempo após o episódio, um grupo de apoio foi criado para que os sobreviventes pudessem compartilhar suas experiências. Head logo passou a dedicar-se integralmente à iniciativa, doando dinheiro, angariando recursos e divulgando-a. Através de seus esforços, o psicanalista Al Siebert se voluntariou para atender os integrantes do grupo e ajudá-los a superar o trauma. Ele também acreditou no relato de Head, afirmando que a contundência de sua história a havia tornado impassível de questionamento. Sua tocante experiência e a devoção à causa, logo tornaram Tania o membro mais popular dentre os sobreviventes.

A popularidade de Tania, no entanto, levantou as primeiras suspeitas, já que ela ocasionalmente alterava alguns detalhes ao relatar sua história. Por exemplo, em alguns momentos afirmava que a pessoa que havia perdido era seu marido e, em outros momentos, dizia ser seu noivo. As pessoas, contudo, não insistiam em questioná-la, pois admiravam seus esforços para fortalecer o grupo e porque ela tornava-se muito emotiva quando a inquiriam sobre o assunto.

Como ocorreu nos primeiros anos após o Holocausto, inicialmente não houve uma grande preocupação em auxiliar e ouvir as testemunhas do 11 de setembro. Os esforços de Head ajudaram, no entanto, a reverter este quadro e os sobreviventes ganharam maior atenção e apoio do Estado. Em função de seu empenho e, mais uma vez, de sua história comovente, em 2005 ela foi a escolhida para representar as demais testemunhas e contar sua história para a imprensa mundial na inauguração do centro em homenagem ao 11 de setembro, o “W.T.C. Visitor Center”. Neste dia, estavam presentes importantes figuras da política norte-americana, como o prefeito de Nova Iorque na época, Michael, Bloomberg e o ex-governador do estado de Nova Iorque George Pataki. Esse foi o ápice da legitimação de sua história. Neste momento, seu relato foi oficialmente validado pelo Estado, pela sociedade e pela imprensa.

Os questionamentos mais profundos da história de Tania começaram em 2006. Neste ano, o jornal norte-americano “The New York Times” publicou uma série de reportagens com depoimentos de todos os sobreviventes do 78º andar, no entanto Tania não estava incluída. Muitos deles mencionaram que foram ajudados por um mesmo jovem. Quando questionada por outros sobreviventes se havia também visto o rapaz, Head confirmou e disse que ele também a havia salvado, embora ela nunca o tivesse mencionado antes.

Em setembro de 2006, a publicação “New York Daily News” realizou uma matéria detalhada sobre a história de Tania. Os jornalistas do “New York Times”, porém, estranharam o depoimento, pois já haviam entrevistado todas as 19 pessoas que oficialmente estavam no 78º e sobreviveram à tragédia e, por isso, decidiram investigar o caso. A apuração do relato revelou as incongruências da história e estas foram publicadas no jornal. A verdade veio e foi, enfim, revelada. Descobriu-se o nome verdadeiro de Tania, Alicia Esteve, que sua nacionalidade era espanhola e que ela nem mesmo estaria nos Estados Unidos no dia do ataque terrorista.

Não há registro de que Head tenha lucrado financeiramente com a farsa. Por isso, supõe-se que o motivo para a invenção da história seria semelhante ao de Wilkomirski, isto é, curar um trauma. Descobriu-se que quando ainda era criança, sua família foi presa acusada de cometer uma fraude no valor de 24 milhões de euros. O fato teria sido intensamente noticiado pela mídia espanhola na época, causando uma

grande humilhação. Ela nunca teria se recuperado do episódio, apresentando uma necessidade patológica por atenção e aprovação.

O caso mostra, então, que, como ocorreu com o Holocausto, o 11 de setembro se tornou um paradigma do mal, com o qual até mesmo vítimas de outros traumas se identificam. A postura de sacralização do testemunho impede que a dúvida metodológica seja aplicada e se descubram quais são as histórias reais. O relato de Tania – ou Alicia Esteve – perdurou por cinco anos e foi validado por outros sobreviventes, um psicanalista, o Estado e, por fim a imprensa – embora posteriormente tenha sido a imprensa também a revelar a verdade. O risco aqui é o mesmo do que ocorreu após o desmascaramento de Wilkomirski, o questionamento da verdade como um todo. Diferente do Holocausto, o ataque foi registrado em vídeo e reproduzido repetidamente em todo o mundo, por isso questionar que ele tenha de fato ocorrido beira o impossível. No entanto, abre-se espaço para o questionamento de aspectos da versão contada. No site em que o documentário com a história de Head foi publicado, já existem comentários indagando o que mais poderia ser falso sobre o 11 de setembro, já que demorou tanto tempo para que a verdade sobre a espanhola fosse descoberta.

O caso de Tania pode ser comparado a um talvez ainda mais emblemático, o da indígena Rigoberta Menchú. A mulher guatemalteca foi agraciada em 1992 com o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento aos seus esforços em defesa dos direitos humanos, particularmente dos povos indígenas. Sua popularidade e notabilidade se iniciaram, em grande parte, após a publicação de sua autobiografia em 1982. Na obra, ela relata sua infância sofrida trabalhando em terríveis condições em uma plantação de café, condições estas que teriam provocado a morte de seus irmãos. Já adulta, ela participou de protestos contrários ao regime militar que vigorava na Guatemala, postura que resultou em seu exílio forçado em 1981. Ao fim da ditadura em seu país, lutou para que os oficiais das forças armadas fossem julgados pelos abusos cometidos durante o governo.

No ano de 1999, no entanto, o antropólogo David Stoll descobriu diversas incongruências nas histórias relatadas por Menchú em sua biografia. Sua infância não foi tão miserável, seus irmãos não morreram da forma bárbara descrita no livro, entre outras questões. Rigoberta teria exagerado em aspectos da sua vida para fortalecer sua

imagem de defensora dos direitos humanos. Ela de fato militou pela causa, mas sua trajetória não foi tão trágica quanto a que contava. A revelação, contudo, não abalou sua figura e, em nenhum momento, foi questionada a validade da sua premiação com o Nobel. Esta atitude de continuidade da reverência à Menchú apesar da descoberta de mentiras com intenções exclusivamente autopromocionais denota, mais uma vez, o valor conferido às testemunhas. O que ela de fato sofreu e pelo que realmente lutou, ou seja, os aspectos de sua história que não foram inventados, assumiram tamanha importância e sacralidade que Menchú foi pouco condenada por suas mentiras. Houve uma substituição da autenticidade pela autoridade.

É importante ressaltar, mais uma vez, que se reconhece a relevância de divulgar as histórias de testemunhas e sobreviventes, em especial em episódios tão trágicos como o 11 de setembro e a repressão militar na Guatemala, a fim de prevenir a alienação da população. Contudo, há de se manter a cautela e preconizar a busca pela verdade, equilibrando o valor dos relatos com a objetividade, para evitar uma relativização da verdade.

5. Conclusão

A revolução digital impulsionada a partir dos anos 90 gerou muitas discussões sobre o novo fazer jornalístico. Estudiosos, especialistas, profissionais do meio e até mesmo leigos têm debatido sobre o novo papel do impresso – ou sua possível extinção – frente à notícia digital, o surgimento de meios de comunicação alternativos à grande imprensa, o leitor agindo como produtor de conteúdo, entre outras transformações já presentes ou ainda em potencial. No entanto, existe um aspecto anterior à generalização da informatização que ainda não ocupou lugar central nas mesas de debate: a valorização do testemunho no jornalismo.

O aparecimento e crescimento de ferramentas como os blogs, em que pessoas publicam informações livremente, trouxe à luz o problema da difusão de notícias sem a devida apuração. A partir disto, disseminou-se a consciência do risco em confiar em qualquer notícia publicada na internet. O problema da valorização da autoridade de uma só voz, no entanto, praticamente restringiu-se às publicações independentes do universo virtual. Pouco se discutiu sobre o posicionamento do relato, seja do jornalista ou da vítima, como figura central no jornalismo tradicional.

Este estudo buscou, então, estabelecer a presença deste novo paradigma na sociedade, a era do testemunho, e suas consequências para a prática jornalística. O novo panorama gerou o surgimento de um novo critério de verdade – baseado na subjetividade, na experiência, na aproximação com o homem comum – que, por sua vez, provocou mudanças profundas na estrutura e na ideologia da imprensa. Em oposição ao modelo de objetividade e neutralidade característico do jornalismo a partir do século XX, produtos midiáticos têm apresentado cada vez mais opiniões – de forma explícita ou não –, exposto relatos pessoais e priorizado a subjetividade, ocasionalmente, em detrimento dos fatos. Como abordado no último segmento do capítulo 3, a valorização do relato pessoal já gerou até mesmo a validação de notícias falsas.

A intenção aqui pretendida foi a de expor estas novas tendências, buscar suas origens e apresentar seus riscos a fim de buscar a formação de leitores críticos. Apesar de ser antiga a consciência da impossibilidade em atingir a neutralidade plena e da noção de que todo texto, inclusive o jornalístico, é uma construção, ainda há uma confiança excessiva no que é publicado pela imprensa. O crescimento da subjetividade

na mídia aumentou ainda mais, portanto, a necessidade de expor o processo de constituição das notícias para que seus consumidores sejam capazes de serem criteriosos em sua leitura. Por isso, a título de exemplificação foram apresentadas as características de dois produtos midiáticos, a revista “piauí” e o programa “Profissão Repórter” e as possíveis consequências da forma como apresentam suas notícias para a apreensão feita pelo público.

É fundamental ressaltar, contudo, que o objetivo deste estudo não foi desmerecer a qualidade ou a seriedade das publicações aqui analisadas ou quaisquer outras que enfatizem o testemunho. Como discutido no capítulo 2, o aparecimento deste tipo de produto midiático é uma consequência de um processo histórico que criou um novo paradigma social. Assim, o surgimento destes novos aspectos não é resultado de um movimento mal intencionado orquestrado pela imprensa, e sim consequência do aparecimento de novos anseios nos indivíduos, como o desejo pelo conhecimento da vida alheia. Estas publicações não seriam bem-sucedidas se os leitores não se identificassem com o novo formato.

Além disso, vale lembrar também que a valorização do testemunho teve grande importância na sociedade. Foram os relatos dos sobreviventes do Holocausto que provocaram a disseminação dos horrores cometidos na segunda guerra, facilitando a prevenção de que episódio similar venha a se repetir. Da mesma forma, os testemunhos das vítimas das ditaduras na América Latina foram fundamentais para a redemocratização dos países da região. Assim, o objetivo desta tese não foi apresentar a era do testemunho como uma transformação negativa para a sociedade, apenas procurou-se estabelecer suas características e apresentar seus riscos, em especial no âmbito do jornalismo, visto que é uma tendência baseada na subjetividade influenciando uma prática cujas raízes encontram-se na busca pela verdade através da imparcialidade. O interesse e a compaixão pela experiência ou sofrimento alheio são sempre válidos desde que não sejam obsessivos – caso dos “reality shows” – nem impeçam a percepção do quadro completo de determinada questão.

Referências Bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. TRad: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BERTOLINI, Frida. **Contrabbandieri di Verità**: La Shoah e la sindrome dei falsi ricordi. Bologna: CLUEB, 2010.

BLUEMEL, James. **The 9/11 Faker**. Disponível em:
< <http://topdocumentaryfilms.com/tania-head-the-911-faker/> > Acesso em: 28 de abril de 2012.

BOLTANSKI, Luc. **The Legitimacy of Humanitarian Actions and their Media Representation**: the case of france. Paris, Ethical Perspectives 7, p.3-16. 2000

FOLHA DE SÃO PAULO, **Manual de Redação**. Disponível em
< http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm> Acesso em: 05 de abril de 2012.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MOREIRA-SALLES, João. Conversa sobre a nova revista piauí: depoimento. 29 de maio de 2007. Belo Horizontes: **Sempre um Papo**. Entrevista concedida a Afonso Borges. Disponível em: <http://www.sempreumapapo.com.br/audiovideo>. Acesso em 21 de abril de 2012.

ORGANIZAÇÕES GLOBO, **Princípios Editoriais das Organizações Globo**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html> > Acesso em: 05 de abril de 2012.

Rigoberta Menchú. Disponível em:
< http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1992/tum-bio.html> Acesso em: 28 de abril de 2012.

Rigoberta Menchu's Story. Disponível em:
< http://www.worldtrek.org/odyssey/latinamerica/rigoberta/rigoberta_story.html> Acesso em: 28 de abril de 2012.

SÁ-CARVALHO, Carolina. **O sofrimento em imagens: uma história entre a fotografia e a política**. 2008. 223 f. Dissertação - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire D'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho e a política da pós-memória**: o tempo depois das catástrofes. São Paulo, Proj. História, p. 71-98, jun. 2005

SERELLE, Márcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis, UFSC, Ano VI, n. 2. jul/dez 2009. p. 33-44.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. 2a. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 2v.

WIEVIORKA, Annette. **The Era of Witness**. Trab. Jared Stark. New York: Cornell University Press, 2006.

YOUNG, Allan. **The self-traumatized perpetrator as a “transient mental illness”**. *E´vol Psychiatr* 2002 ; 67, p. 630-50.

Periódicos

HARAZIM, Dorrit. O estranho do ninho. **Piauí**, ed. 67, p. 29-37, abril de 2012.

ESTEVES, Bernardo. O jagunço de Munique. **Piauí**, ed. 67, p. 81-82, abril de 2012.

CLAUDINO, Nilton. Minha dor não sai no jornal. **Piauí**, ed.59, p. 18-22, agosto de 2011.

DIEGUEZ, Consuelo. O fim do mundo. **Piauí**, ed.56, p. 45-51, maio de 2011.

MAGALHÃES, Fernando. Músico Marcelo Yuka será candidato a vice na chapa do PSOL no Rio. **Folha de São Paulo**, 11 de março de 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1060290-musico-marcelo-yuka-sera-candidato-a-vice-na-chapa-do-psol-no-rio.shtml> > Acesso em: 20 de abril de 2012.

MARTINS, Marco Antônio. Deputado ameaçado no Rio diz que ficará no exterior por pouco tempo. **Folha de São Paulo**, 31 de outubro de 2011. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/999544-deputado-ameacado-no-rio-diz-que-ficara-no-exterior-por-pouco-tempo.shtml> > Acesso em: 20 de abril de 2012.

Milícia planeja assassinar deputado Marcelo Freixo, dizem documentos. **O Globo**, 30 de outubro, 2011. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/politica/milicia-planeja-assassinar-deputado-marcelo-freixo-dizem-documentos-3079394#ixzz1yoC8oO1M> > Acesso em: 21 de abril de 2012.

Deputado Marcelo Freixo volta ao país após 15 dias. **O Globo**, 16 de novembro de 2011. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/deputado-marcelo-freixo-volta-ao-pais-apos-15-dias-3253662#ixzz1yoDSKAZH> > Acesso em: 21 de abril de 2012

Freixo terá Marcelo Yuka como vice na chapa. **O Globo**, 10 de março de 2012. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/freixo-tera-marcelo-yuka-como-vice-na-chapa-4279566#ixzz1yoE1Z3GI> > Acesso em: 22 de abril de 2012.

Transplante de órgãos. **Profissão Repórter**, 24 de abril de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/videos> Acesso em: 28 de abril de 2012.

Segunda chance. **Profissão Repórter**, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/videos> Acesso em: 28 de abril de 2012.

Isolados. **Profissão Repórter**, 9 de junho de 2010. Disponível em:
<http://g1.globo.com/profissao-reporter/videos> Acesso em: 28 de abril de 2012.

Deficiência visual. **Profissão Repórter**, 21 de outubro de 2009. Disponível em:
<http://g1.globo.com/profissao-reporter/videos> Acesso em: 28 de abril de 2012.